

12/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Salve a mandioca](#)

[Bilhetagem tem deficit de R\\$ 400 milhões](#)

[UnB divulga 2ª chamada do PAS](#)

[Projeto amplia a militarização](#)

O GLOBO - RJ

[Bolsonaro escolhe primeiro da lista para reitor da UFRN](#)

[Demissões por assédio chegam a universidades](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Alunos denunciam fraude em sistema de cotas na UFRR](#)

MEIO NORTE - PI

[Assentados se formam e fazem história no PI](#)

[Uespi divulga primeira convocação](#)

Agências de notícias e sites

AGORAMT

[Unir abre seleção para mestrado em Administração Pública](#)

ALAGOAS 24hs

[Pós-graduação em Administração Pública é ofertada em Alagoas](#)

DIÁRIO DE CAMPOS

[IFMS adota cartão Pesquisa para facilitar gestão de recursos em projetos institucionais](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Pós-graduação em Administração Pública é ofertada em Pernambuco](#)

PIAÚÍ NOTÍCIAS

[UFPI tem inscrições abertas para pós-graduação em Administração Pública](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Câmara analisa projeto para tornar Fundeb permanente](#)

DIÁRIO ONLINE

[Pesquisa brasileira não terá mais investimentos em 2019, diz CNPq](#)

G1

[Governo amplia vagas do 'Se Liga no Enem' para alunos da Paraíba](#)

[Pais e professores reformam salas de aula de escola pública em situação precária em](#)

[Cuiabá](#)

Agências de notícias e sites

CULTURA AMAZÔNICA

[LIVRO EXPLICA RISCOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA A FLORESTA](#)

[AMAZÔNICA](#)

DIÁRIO DE GOIÁS - GO

[Universidade de Goiás está ofertando vagas para pós-graduação](#)

INPA

[Livro do AmazonFACE mostra riscos das mudanças climáticas para a Floresta](#)

[Amazônica](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Não haverá corte nas bolsas, diz presidente da Capes em visita à Andifes](#)

MAIS TUPÃ

[Irlanda, Canadá e EUA oferecem capacitação para professores.](#)

G1

[Pós-graduação em Direito da Unifor debate Liberdade, Contingência e Ironia](#)

Imprensa Estadual

O POVO - CE

[Cultivar o desejo de aprender](#)

Agências de notícias e sites

CONTABILIDADE NA TV

[Carreira Contábil está entre as que mais geraram empregos em 2018 e promete crescimento para 2019](#)

PORTAL CONTÁBIL SC

[Carreira Contábil está entre as que mais geraram empregos em 2018 e promete crescimento para 2019](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Irlanda, Canadá e EUA: abertos editais para capacitação em educação básica](#)

[CAPES receberá simpósio sobre desastres ambientais](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país](#)

[Aplicativo ajudará monitoramento nas escolas cívico-militares](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Procuradoria cobra da Medicina de Campos combate a fraudes em bolsas sociais](#)

CORREIO WEB

[Projeto de escolas com gestão da PM é lançado no CED 1 da Cidade Estrutural](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país](#)

O DIA - RJ

[MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país](#)

PORTAL EXAME

[MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país](#)

PORTAL VEJA

[Investimento em empresas do Start-Up Brasil cresce 140%](#)

R7

[Sedu abre seleção para professores cursarem mestrado e doutorado](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Resultados do Enceja Exterior estão disponíveis para consulta](#)

[Inscrições para Olimpíada de Matemática já estão abertas](#)

TERRA

[Escolas terão que oferecer curso de primeiros socorros](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país](#)

[No DF, ano letivo começa com escolas cívico-militares](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ARI CUNHA

Salve a mandioca

Lembrada como a figura mais desastrosa que ocupou a chefia do Executivo desde a fundação da República, em 1889, Dilma Rousseff, quem diria, ainda por muito tempo será lembrada, não por sua gestão, considerada pífia, mas por suas falas e improvisações, estas sim, inseridas definitivamente no panteão do anedotário nacional.

Durante os Jogos Indígenas de 2015, nossa “primeira presidenta mulher” lançou diretamente na orelha dos ouvintes distraídos sua mais preciosa pérola da coleção de discursos nonsense. Disse naquela ocasião: “Nenhuma civilização nasceu sem ter acesso a uma forma básica de alimentação... Temos a mandioca e produtos que foram essenciais para o desenvolvimento de toda a civilização humana... Então, aqui, hoje, eu tô saudando a mandioca, uma das maiores conquistas do Brasil.”

Desde então, a fala de improviso tem sido citada nos sites de humor e outros, como um dos mais bizarros discursos proferidos por um chefe de estado. O fato é que um ano após esse discurso no típico dialeto “dilmês”, a Organização das Nações Unidas (ONU) apontaria a mandioca ou macaxeira como o alimento do século 21. Conhecida no Brasil muito antes da chegada dos navegantes europeus, essa raiz, com o milho, foi e ainda é a base da alimentação de povos que habitaram o continente Sul-americano.

Graças ao seu potencial nutritivo, com destaque para os carboidratos amilopectina e amilose, a mandioca é uma excelente fonte de fibras e de energia, sendo consumida hoje por mais de 600 milhões de pessoas em todo o mundo. De tão nobre na alimentação, o alimento mereceu, por parte dos deputados um projeto de lei instituindo o dia 22 de abril como o Dia Nacional da Mandioca.

Atualmente, essa raiz está presente na alimentação em mais de 80 países em todo o mundo. O Brasil produz hoje algo em torno de 30 milhões de toneladas desse produto, grande parte por pequenos e médios agricultores familiares. Apesar da grande produção nacional, Nigéria e Tailândia são hoje os maiores produtores mundiais desse alimento.

Aqui na capital, o professor Nagib Nassar, da Universidade de Brasília, PhD em genética pela Alexandria University e pesquisador emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem dedicado a vida ao melhoramento genético da mandioca, obtendo com as pesquisas um híbrido dessa espécie com maior concentração de proteínas, uma variedade de mandioca que rende 8 vezes mais do que as espécies comuns, com cada planta chegando a pesar, isoladamente de 20 a 24 kg. Graças a essas pesquisas, o professor Nagib tem sido laureado por diversas instituições mundo afora, por sua contribuição ao combate à fome. No livro “A História da Alimentação do Brasil” do pesquisador Luís da Câmara Cascudo, a mandioca ocupa um capítulo especial denominado de “Rainha do Brasil”. O padre José de Anchieta, reconhecendo a importância dessa raiz na alimentação da população local, a chamava “pão da terra”. Torna-se possível extrair uma essência verdadeira do discurso da interessante ex-presidenta. Dilma Rousseff tinha razão quando exclamou: “salve a mandioca”.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Bilhetagem tem deficit de R\$ 400 milhões

Dificuldade econômica e fraudes, segundo o secretário de Transporte e Mobilidade, é uma das principais razões para alterações no Passe Livre Estudantil. Grupo de distritais, no entanto, faz pressão contra a proposta e defende a ampliação do benefício

TRANSPORTE

"Queria ter Passe Livre para todo trabalhador com renda de até quatro salários mínimos, mas não é possível" Valter Casimiro, secretário de Transporte e Mobilidade

A proposta de restrição da gratuidade no Passe Livre Estudantil foi resposta às dificuldades econômicas no início do governo, afirmou ontem o secretário de Transporte e Mobilidade, Valter Casimiro. Segundo ele, o sistema de bilhetagem da capital entrou 2019 com deficit de R\$ 400 milhões. Mesmo combatendo fraudes, alega Valter, o gasto com a gratuidade universal para alunos não permitiria equilíbrio nos custos para manter o sistema. As declarações foram feitas no programa CB.Poder, parceria do Correio com a TV Brasília (leia Entrevista).

O custo com o subsídio de todo o sistema de gratuidade é de R\$ 600 milhões, conforme o secretário. Na previsão orçamentária para 2019, porém, há indicação de R\$ 500 milhões. “Foram passados R\$ 300 milhões de dívidas, que não foram pagas no ano passado. Com isso, o sistema de bilhetagem tem um deficit de R\$ 400 milhões”, detalha. Dos R\$ 600 milhões de subsídio, cerca de R\$ 300 milhões são destinados à gratuidade estudantil. “Queria ter Passe Livre para todo trabalhador com renda de até quatro salários mínimos, mas não é possível”, disse.

Na sexta-feira, o governador Ibaneis Rocha encaminhou à Câmara Legislativa projeto de lei que altera as regras para concessão da gratuidade. Hoje, todos têm catraca livre no sistema de transporte. Se o PL do GDF for aprovado, alunos de escolas públicas continuarão sem pagar as passagens, mas, na rede privada, só bolsistas e famílias com renda inferior a quatro salários mínimos continuarão com o benefício. “O que o governo está apresentando é a manutenção do Passe Livre com algumas limitações. O estudante vai ter a disponibilidade para poder ir à escola e voltar para sua residência”, disse o secretário.

Além da mudança na cobrança das passagens para estudantes da rede privada, o governo quer regras mais rígidas para o uso da gratuidade. Haverá limitação de 27 trajetos de segunda a sábado e restrição de horários, se a proposta for aprovada. A ideia é de que o benefício fique limitado ao trajeto da escola para casa.

Em compensação, o governo também quer reduzir a burocracia para se cadastrar no programa. As escolas, segundo Valter, ficarão responsáveis por enviar diretamente os horários dos alunos por meio de um sistema para evitar que os estudantes enfrentem filas no DFTrans.

Nova licitação

O governo se prepara para a realização de uma nova licitação de ônibus. A anterior, feita em 2011 no governo de Agnelo Queiroz (PT), foi questionada e anulada pela Justiça. Cabem recursos, mas Valter Casimiro adiantou que a Secretaria estuda outro edital para evitar surpresas. “Quando assumimos, chamamos toda a equipe da Semob (Secretaria de Mobilidade) para começar a trabalhar em um novo edital. Decisão judicial, cumpre-se. Ainda há recursos, mas, se a Justiça confirmar, temos de estar preparados.”

Segundo o secretário, o processo, caso a anulação seja confirmada, deve levar em torno de seis meses. A licitação de 2011 foi questionada por suspeitas de irregularidades na elaboração do edital e na escolha das empresas participantes. A concorrência renovou o sistema público, com valor de R\$ 10 bilhões e a contratação de cinco empresas do setor.

O secretário adiantou que o governo trabalha com parcerias público-privadas para

ampliação do metrô e para a cobrança de estacionamento em alguns pontos da capital. No caso dos estacionamentos, a ideia é cobrar e limitar o tempo de uso em áreas centrais. Além disso, Ibaneis quer criar bolsões nas proximidades do metrô e do BRT para que moradores de regiões administrativas possam deixar os veículos e utilizar o transporte coletivo para chegar ao Plano Piloto.

Entrevista Valter Casimiro, secretário de Transporte e Mobilidade

A medida é polêmica e impopular. O que levou o governo a querer mudar o Passe Livre?

Foram identificadas pela Secretaria algumas distorções na utilização do benefício do Passe Livre. Em 2010, a despesa era de R\$ 40 milhões. Hoje, está em R\$ 300 milhões só para os estudantes. A gente identifica que, como não há restrição na quantidade de uso, você tem estudantes que usam até 140 vezes por mês esse benefício. Hoje, pode-se usar fora do horário de escola. Todo o subsídio da gratuidade é de R\$ 600 milhões, metade disso com o passe estudantil.

Qual a proposta do governo?

O que o governo está apresentando é a manutenção do Passe Livre com algumas limitações. O estudante vai ter a disponibilidade para poder ir à escola e voltar para sua residência, limitado a 27 trajetos por mês, de segunda a sábado. Com isso, você possibilita que continue com o mesmo benefício para poder ir para escola/casa. Nas escolas particulares, alunos com bolsa e famílias com renda de até quatro salários continuam.

Alguns deputados e estudantes propõem a ampliação do benefício e criticam os cortes. Existe essa possibilidade?

Qualquer aumento de benefício fica injustificável nesse momento em que temos déficit de R\$ 400 milhões. Queria ter passe livre para todo trabalhador que receba até quatro salários, mas não é possível. É o cidadão que paga passagem para ter essa disponibilidade do Passe Livre para estudante.

Muitos movimentos questionam se o ideal não seria combater as fraudes no sistema...

A fraude está sendo combatida. Na semana passada, o DFTrans cancelou 27 mil cartões com uso irregular. Mas isso não é suficiente. O custo do subsídio que o governo paga por ano para gratuidade é de R\$ 600 milhões. Na Lei Orçamentária, temos R\$ 500 milhões previstos para isso e foram passados R\$ 300 milhões de dívidas para 2019, que não foram pagas no ano passado. Com isso, o sistema de bilhetagem tem um déficit de R\$ 400 milhões.

Foram cogitados outros modelos anteriormente, como a cobrança de um terço. Por que o projeto atual foi escolhido?

O governador Ibaneis disse que queria cobrar daquele que não precisa. A Secretaria fez diversas simulações sobre o valor de hoje e o que seria desonerado se fosse cobrado um terço para todo mundo ou um terço para público e nenhum benefício para a rede privada ou como ficou. O governador optou por esse modelo.

O cadastro dos estudantes vai mudar?

A ideia é de que a escola passe isso diretamente para o sistema. A gente vai evitar que o

aluno tenha de se dirigir ao DFTrans. Toda grade curricular do aluno vai ser enviada ao DFTrans pela escola. A própria escola vai preencher isso e virá de forma automática. A interação vai ser aluno e escola. Claro que ainda precisamos fechar isso com os colégios e as instituições.

Fala-se sempre em integração no sistema de transporte, mas isso nunca saiu do papel. Qual a dificuldade?

Num primeiro momento, os governos utilizaram o transporte complementar para fazer linhas nas cidades satélites. Essas vans foram saindo por problemas com as cooperativas e não foi solicitado pela secretaria mais linhas para suprir esse espaço. Às vezes, você coloca linhas muito grandes para circular na cidade, e isso não é vantajoso para o passageiro. É melhor colocar um ônibus menor com menos tempo. Colocar uma integração em que a pessoa vai ficar mais tempo ainda nos ônibus é ruim para todos. Você tem de priorizar o transporte coletivo, precisa fazer corredores exclusivos e incentivar o uso.

Como será essa integração?

Temos um sistema de transporte coletivo de ônibus. Precisamos implantar essa integração dele com o metrô e o BRT. Vamos fazer isso ligando com mais linhas ou com outras formas de transporte, como a bicicleta. Estamos fazendo o estudo de uma PPP que vai possibilitar que o VLT saia do aeroporto até a W3 Norte. Fizemos chamamento para que empresas manifestem interesse da W3 até o aeroporto.

Quais os projetos para o metrô?

Há estudos para PPPs? A malha vai aumentar?

Imaginamos que vamos ter interessados privados para ajudar e entrar nesse projeto para ampliar o sistema. Em algumas novas estações, cabem inclusive parcerias para criar áreas comerciais no metrô. Então, o privado construiria novas estações e poderia usar explorar esses espaços. Na Asa Norte, temos projeto para ir até o Hran. A questão de aumentar a malha é de que é preciso ter recursos. É um projeto de médio, longo prazo. Para curto e médio prazo, precisamos criar mais corredores exclusivos para trazer mais usuários para o transporte coletivo.

Oposição contesta justificativa financeira

Ao contrário do que propõe o Executivo, distritais independentes e de oposição protocolaram, também na sexta-feira, projeto de lei que prevê a ampliação da gratuidade. A iniciativa, além de estabelecer passe livre para estudantes da rede pública e privada, garante a utilização do benefício para atividades culturais e de lazer, incluindo fins de semana e recessos. Participaram da elaboração do projeto com os distritais representantes de grupos que defendem a gratuidade, como o Movimento Passe Livre (MPL).

A proposta é assinada por Fábio Félix (PSol); Leandro Grass (Rede); Reginaldo Veras (PDT); Chico Vigilante (PT); e Arlete Sampaio (PT). “Nós queremos sensibilizar os outros deputados de que o Passe Livre hoje já é muito limitado, muito burocrático e não podemos restringi-lo ainda mais”, defende Fábio Félix. Ele destaca a importância da permissão para usar o benefício para atividades culturais e de lazer em horários fora da grade escolar. “O Passe Livre vem fortalecer a educação e o acesso a ela. E educação não se limita a ida e volta para escola. É muito mais do que isso”, afirma.

Para os distritais contrários às alterações do Executivo, há várias maneiras de se compensar o deficit de R\$ 400 milhões anunciado pelo GDF. “É só o governo não renunciar o IPVA, aumentar a tributação sobre estacionamentos pagos da cidade e fazer com que a publicidade nos ônibus não vá para os cofres das empresas. A justificativa deles não é plausível”, argumenta Leandro Grass.

Fábio Félix destaca que há falta de transparência na maneira como o governo apresenta as contas e ainda questiona o deficit apresentado. “O governador mandou esse pacote de renúncias fiscais de milhões, com redução no IPVA, de impostos para combustíveis. Como ele faz isso e quer tirar o direito do estudante ao Passe Livre?”, questiona. “Alguns setores estão muito bem cuidados neste governo. Mas outros não estão e correm risco, até, de perder direitos”, acrescenta.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

UnB divulga 2ª chamada do PAS

O Cebraspe publica nova lista dos candidatos aprovados para o segundo semestre de 2019 pelo Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília. Saiu também a lista do Sisu. Convocados devem se registrar até quinta-feira

ENSINO SUPERIOR

Quem participou do Programa de Avaliação Seriada (PAS) ou do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) deve conferir as listas da Universidade de Brasília (UnB). O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) divulgou a relação dos aprovados do PAS e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) —, que utiliza a nota do Enem para ingresso na UnB — na noite de ontem.

Os aprovados em segunda chamada ingressarão na instituição no primeiro semestre de 2019, que começa em 13 de março. A UnB convocou 345 estudantes que prestaram o PAS e outros 819 do Sisu. Os candidatos precisam fazer as duas etapas do Registro Acadêmico na UnB e efetivar o seu ingresso. O registro on-line ocorrerá entre hoje e quinta-feira, e o presencial no câmpus onde foi aprovado, na quinta.

Quem tiver o nome na lista precisa levar o original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: carteira de identidade, CPF, certificado de conclusão do ensino médio, histórico escolar do ensino médio, certificado de reservista ou dispensa de incorporação para o candidato do sexo masculino, título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação eleitoral. Os aprovados podem conferir todas as exigências na Agenda do calouro, disponível no site do Cebraspe (www.cespe.unb.br).

Após fazer o registro presencial, o convocado se torna aluno da UnB. A partir de então, deverá ficar atento à matrícula nas disciplinas, que acontecerá em 21 de fevereiro. Diretor técnico do Decanato de Ensino e Graduação da UnB, o professor da Faculdade de Direito Wilson Theodoro comenta a importância do PAS e do Sisu. Segundo ele, o primeiro avalia o aluno ao longo de três anos, enquanto o Sisu possibilita estudantes de qualquer lugar do país que prestaram o Enem de ingressarem na instituição.

“O PAS tem uma importância histórica para a UnB. Foi concebido como um programa inovador e ainda é interessante para a instituição. Já o Sisu é um mecanismo de seleção vinculado ao Enem, com a proposta de abrir as universidades do Brasil”, explica Theodoro. “É comum que o aluno passe na UnB pelo Sisu e, por vários motivos não

ingresse, pois não tem como se mudar para o DF ou optou por outra universidade, por exemplo. Logo, menos gente entra na primeira chamada e o número de convocados é maior na segunda”, completa.

Anote

Confira o calendário para ingresso no primeiro semestre:

Fevereiro

- » 11 - Divulgação dos candidatos selecionados
- » 12 a 14 - Registro acadêmico etapa on-line
- » 14 - Registro acadêmico etapa presencial
- » 18 a 20 - Acesso ao número de matrícula
- » 21 a 24 - Matrícula em disciplina

Março

- » 13 - Início das aulas
- » 13 - #InspiraUnB matutino
- » 14 - #InspiraUnB noturno

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Projeto amplia a militarização

Modelo de gestão compartilhada que autoriza a PM e o Corpo de Bombeiros do DF a gerir aspectos disciplinares e administrativos das escolas públicas pode ser estendido a 36 unidades. Porém, deputados se articulam para derrubar medida do Executivo

EDUCAÇÃO

Maior novidade na área de ensino do Distrito Federal em 2019 e do início da gestão de Ibaneis Rocha (MDB), a militarização das escolas públicas da capital, que entrou em vigor ontem em quatro colégios, deve ser estendida a outros 36 estabelecimentos. O projeto de lei que regulamenta e expande o modelo será encaminhado à Câmara Legislativa até o fim da semana, segundo o secretário de Educação, Rafael Parente. Caso consiga aprovar a ideia, o governo pode fazer a expansão até o fim do ano, a partir do início do segundo semestre.

No entanto, ele depende do sucesso do projeto-piloto e da aprovação do projeto de lei na Câmara Legislativa em dois turnos. O GDF promete ouvir alunos, pais, professores, diretores e dados científicos, antes de levar o modelo às demais unidades. Parlamentares de oposição e alguns da base do governo já se posicionaram, contra. Desde a semana passada, deputados distritais se articulam para colocar em pauta, na sessão de hoje, um projeto que pode suspender imediatamente a militarização nas escolas do projeto-piloto.

O texto é de autoria de Leandro Grass (Rede) e tem três artigos, prevendo a suspensão da portaria assinada por Ibaneis que determinava a militarização. O projeto piloto foi publicado em portaria, meio que o governo tem para não passar pela Câmara a proposta.

Com a aprovação do decreto legislativo, que precisa de maioria simples da casa, o modelo de educação militar cairia logo após a publicação do Diário da Câmara Legislativa. A proposta não passaria pelo veto do governador, que poderia recorrer à Justiça pedindo a anulação do decreto.

Professor, o deputado distrital Reginaldo Veras (PDT) é contra a proposta do GDF, que define como uma “cortina de fumaça” para esconder problemas da educação pública do DF. “O governo precisa é investir mais para que os gestores façam um bom trabalho. Essas quatro escolas vão melhorar, mas não porque são militarizadas, e sim porque haverá mais investimento, mais profissionais”, argumenta Veras.

A experiência iniciada ontem autoriza a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do DF a gerirem aspectos disciplinares e administrativos dos centros de educação. A partir de agora, entre 20 e 25 militares da reserva ou com restrições médicas estarão em cada uma das instituições com a promessa de levar disciplina e obediência a mais de 6,9 mil alunos do Centro Educacional (CED) 1 da Estrutural, CED 3 de Sobradinho, CED 308 do Recanto das Emas e o Centro Educacional (CED) 7 de Ceilândia — ele aderiu à militarização na última quinta-feira, após eleição com 58% dos votos favoráveis à mudança.

Vigiados por militares, crianças e adolescentes dessas quatro unidades serão submetidas a uma rotina disciplinar rigorosa. Todos terão de usar farda e cantar o Hino Nacional diariamente. Os deslocamentos em grupos serão feitos sempre em filas, com as mãos para trás. Eles deverão se referir aos militares e educadores como “senhor” e “senhora”. Os meninos não poderão ter cabelos compridos nem usar brincos. Meninas serão obrigadas a usar coque e não poderão exibir acessórios grandes.

Hino e filas

O palco de inauguração do projeto foi o CED 1 da Estrutural. Com dezenas de militares, além de viaturas e até um helicóptero da PM, os cerca de 1,8 mil alunos tiveram uma prévia de como será a rotina. Perfilados, os adolescentes do 4º ao 7º ano do ensino fundamental acompanharam o hasteamento da bandeira do Brasil e entoaram o Hino Nacional antes do início das aulas. Ao fim da cerimônia, mantendo a organização em filas e seguindo um policial militar, eles retornaram às salas.

As escolas continuarão seguindo as Diretrizes Curriculares da Educação da rede pública. Professores, orientadores e coordenadores serão responsáveis pelo conteúdo pedagógico das classes. Mas os militares ministrarão, no contraturno escolar, disciplinas relativas à cultura cívico-militar — como ética e cidadania —, oficinas de banda de música, musicalização, esportes e ordem unida.

No entanto, assim como nas outras três unidades, ontem os alunos do CED 1 da Estrutural não vestiam uniformes, mas foram informados que deverão usar camiseta branca e calça jeans. O GDF garantiu que todos vão ganhar os uniformes em breve. O material ainda sendo produzido.

Expectativa

Aluna do 6º ano do CED 1, Evelyn Beatriz Xavier, 11 anos, estudou em uma escola militar há dois anos, e acredita que a militarização será importante para a escola. “As escolas militares têm uma disciplina muito boa e esse colégio precisava disso, pois existem muitos alunos mal-educados, que não deixam o professor dar aula. Com os policiais aqui, já começou a mudar”, observou.

Supervisora pedagógica do CED 1 da Estrutural, Luciana Martins trabalha na escola há sete anos e disse nunca ter visto os alunos tão animados. “Em todos os anos que eu

trabalho nesta escola, nunca tivemos tantos alunos no primeiro dia de aula. Eles estão ansiosos para saber como será a nova escola”, comentou.

O secretário de Educação acredita que a militarização trará mais disciplina. “Todos os dias, o professor perde muito tempo tentando criar um ambiente propício para a aprendizagem, pois os estudantes não se comportam. Portanto, precisamos criar estratégias e planejamentos para que esses profissionais sejam valorizados”, defendeu Rafael Parente.

Diretora do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa pede mais atenção à categoria. “O que gostaríamos de ter ouvido o governador anunciar era melhores condições de trabalho, investimentos nas escolas, aumento do quadro de servidores e medidas de segurança para a sociedade.”

Mais de 200 crianças sem aula

Mais de 56 mil estudantes compareceram ontem às 792 escolas públicas do Distrito Federal, segundo a Secretaria de Educação (SES-DF). No entanto, ao menos 260 crianças entre 6 meses e 5 anos não saíram de casa ou voltaram para casa frustradas.

No Paranoá, 188 meninos e meninas ficaram sem aula por não conseguirem vagas em creches públicas e conveniadas de educação integral, mesmo estando inscritas na rede pública. Para resolver o problema, a SES-DF elaborou um termo de colaboração com uma instituição parceira, que cederá o seu prédio.

“O ano letivo só vai começar um pouco mais tarde, assim que a Secretaria e a parceira firmarem a colaboração. O procedimento será realizado rapidamente. O prédio está em boas condições. Só vai precisar de pintura e limpeza”, respondeu a pasta, por meio de nota oficial. As crianças devem estar na escola até o fim de fevereiro, garantiu a secretaria.

Já no Lucio Costa, uma creche que atende a 72 crianças não abriu as portas ontem. Segundo mães de alunos, os funcionários alegaram que a instituição não recebeu a verba do GDF para arcar com os custos do primeiro quadrimestre do ano. “O pior é que não há previsão de retorno. Enquanto isso, terei que pagar alguém para cuidar da minha filha, pois eu não fico em casa o dia inteiro”, lamentou Agnes Kananda, 23, mãe de uma das alunas da creche.

De acordo com o diretor da Regional de Ensino do Guará, Afrânio Barros, o dinheiro não foi repassado porque a creche não cumpriu o prazo para prestar as contas do último quadrimestre de 2018. O relatório, que deveria ser apresentado até 11 de janeiro, só foi entregue há uma semana.

“O documento foi analisado pela administração da Regional de Ensino e não constatamos irregularidade. A creche receberá a verba, mas não existe um prazo para isso”, disse Afrânio. “De qualquer forma, no contrato firmado entre a creche e a Secretaria, ficou estabelecido que a instituição deveria ter condições de funcionar por pelo menos três meses de maneira independente. Eles não respeitaram essa norma”, acrescentou.

O Correio tentou um contato com a creche, mas, até o fechamento desta edição, as ligações não foram atendidas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Bolsonaro escolhe primeiro da lista para reitor da UFRN

Tradição de respeitar a decisão da comunidade acadêmica foi mantida, mas governo ainda pode mudar a forma de escolha

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro nomeou José Daniel Diniz Melo para reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mantendo a tradição de respeitar a escolha da comunidade acadêmica. Diniz era o primeiro da lista tríplice enviada pela instituição.

Embora a regra tenha sido mantida na primeira nomeação do governo Bolsonaro para as universidades, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, estuda mudança nos critérios de escolha. Ele também assina a nomeação de Diniz Melo, publicada em sessão extra do Diário Oficial da União de 8 de fevereiro.

Hoje, cada universidade federal faz a sua eleição e envia três nomes para o governo. O Ministério da Educação analisa a lista e a encaminha ao presidente. Desde a gestão Lula, o primeiro da lista sempre foi o escolhido, embora qualquer um dos três indicados possa ser nomeado.

Vélez já disse que quer mudar as regras, mas não explicou o que fará. A nomeação de Diniz Melo, que só assumirá em maio, quando acaba o mandato do atual reitor, surpreendeu positivamente os dirigentes de instituições federais de ensino por ter respeitado a tradição de escolher o primeiro nome, mas causou surpresa por ocorrer na frente de outras três que já enviaram a lista tríplice e têm mais pressa, porque estão com reitores temporários designados pelo governo: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e Universidade Federal do Cariri (UFCA).

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Demissões por assédio chegam a universidades

Duas instituições federais afastaram três professores no ano passado, após receberem relatos de alunas sobre conduta imprópria; mesmo com canais para denúncias, estudantes temem represálias

Três casos de demissões de professores de instituições públicas levaram aos holofotes o debate sobre o assédio sexual e os desvios na relação de poder entre docentes e estudantes. No ano passado, após uma série de denúncias e sindicâncias, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a de Goiás (UFG) afastaram membros do magistério que teriam forçado encontros com alunas e enviado mensagens eróticas pelo celular, conforme publicou o jornal "Folha de S.Paulo" no último domingo.

Em comum, as alunas admitem dificuldades em relatar os casos de assédio — acreditam que podem sofrer represálias, inclusive nas avaliações acadêmicas, e temem que as comissões montadas para averiguação sejam compostas por colegas dos denunciados.

A UFF demitiu, em abril de 2018, o professor de ciência política José Henrique Organista, que teria assediado 16 alunas no campus da universidade em Campos dos Goytacazes. Uma delas, que pediu ao GLOBO para não ser identificada, lembra que o

professor a chamou para jantar pelo WhatsApp e chegou a pedi-la em casamento.

— Enquanto fui aluna dele, não o bloqueei porque era vice-representante de turma e me sentia na obrigação de manter esse canal aberto. Hoje vejo que era um equívoco.

Procurada, a UFF afirmou que não há mais investigações sobre a conduta de Organista, já que ele “não faz mais parte do quadro de docentes”. Por meio de seu advogado, o professor negou à “Folha” que tenha cometido os abusos.

EM GOIÁS, DOIS DEMITIDOS

A UFG, por sua vez, lidou com dois casos em apenas um mês. Em junho, demitiu o professor de engenharia agrônoma Américo José dos Santos Reis, após quatro denúncias de assédio. Logo depois, foi a vez de Rogério Elias Rabelo, que lecionava medicina veterinária, acusado de estuprar duas alunas.

De acordo com Ezequiel Moraes, advogado de Reis, suas ex-alunas “criaram” motivos para retaliar o professor “em decorrência da não apresentação (...) de relatórios e de apresentação de trabalhos incompletos”. A defesa de Rabelo não foi localizada. A UFG ressaltou que não se manifestaria sobre os casos, “considerando os ritos no processo legal”, onde foi preservada a identidade das vítimas.

Membro da Associação Brasileira de Psiquiatria, Miriam Gorender avalia que casos de assédio decorrem de uma sensação de impunidade por parte dos professores denunciados.

— Não existe a possibilidade de vivermos uma relação totalmente simétrica. O professor deve ter o mínimo de autoridade para lecionar. A grande questão é até onde vai essa autoridade, e essa é uma linha muito tênue — adverte.

— O ser humano não é especificamente bondoso. Precisamos estabelecer sempre mecanismos de controle.

Segundo o Ministério da Educação, a apuração e punição de casos como os de assédio sexual devem ser feitos pelas próprias instituições federais.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Alunos denunciam fraude em sistema de cotas na UFRR

Informação é que candidatas recém-aprovadas no curso de Medicina da instituição estariam burlando regras para cursar ensino superior

CIDADES

As vagas reservadas pelo sistema de cotas supostamente devem atender aos alunos que estudaram em escolas da rede pública, com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio e aos estudantes pretos, pardos e indígenas. No entanto, o relato é de que candidatos estariam se aproveitando da oportunidade para conseguir uma vaga na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Segundo denúncia recebida pela Folha, ao menos quatro alunas recém-aprovadas no curso de Medicina da UFRR estariam burlando as regras para obter a graduação no ensino superior. A reportagem recebeu também imagens divulgadas em redes sociais

pelas aprovadas que comprovam uma disparidade entre o estilo de vida de cada uma e as inscrições no sistema de cotas.

Uma delas aprovada na cota para aluno de escola pública com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo, autodeclarado preto, pardo e indígena aparece em imagens durante viagens para os Estados Unidos em uma rede social e com uma turma de amigos de um colégio privado. Em uma análise mais aprofundada, consta que a aprovada participou de intercâmbio para aperfeiçoamento de Língua Inglesa naquele país, no entanto, a empresa que oferta o serviço é particular.

Outras duas aprovadas no mesmo sistema de cotas também apresentam características normalmente presentes em pessoas brancas, com tom de pele clara, cabelos lisos e claros, como loiro. Por último, restou uma candidata aprovada para aluno de escola pública com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo autodeclarado preto, pardo ou indígena, também com as mesmas características.

A denúncia relata ainda que o processo de fraude vem ocorrendo há vários anos, sendo perceptível a aprovação de pessoas no sistema de cotas sem a devida necessidade.

“Ressalto que outras universidades da Região Norte começaram a ter atitudes mais enérgicas no combate a esses atos ilícitos, todavia, a UFRR segue o seu modelo retrógrado de compactuar com essa prática que, infelizmente, prejudica aqueles que depois de tanto tempo conseguiram o incentivo de conquistar o diploma de ensino superior”, concluiu o relato de um dos alunos da instituição.

UFRR afirma que análise é feita durante matrícula

A Pró-reitoria de Ensino e Graduação da Universidade Federal de Roraima (Proeg/UFRR) ressaltou as diferenças entre a inscrição, ingresso e a matrícula propriamente dita dos candidatos. Segundo a Proeg, todas as modalidades de cotas ofertadas pela instituição adotam procedimentos específicos para o ingresso dos candidatos, conforme estabelecido em edital.

No caso da cor, o sistema utilizado é de autodeclaração; para baixa renda, é necessária análise da documentação por assistentes sociais; para indígenas, é necessária a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (Rani) fornecido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e para pessoas portadoras de deficiência é preciso análise do laudo por uma junta médica.

A instituição frisa que a análise dos comprovantes é feita no período da matrícula. Diz ainda que no caso do processo seletivo de 2019, ela só acontecerá a partir de quarta-feira, 13, até sexta-feira, 15.

“Tais exigências são submetidas à análise no momento em que os candidatos aprovados efetuam suas matrículas e não na etapa de inscrição para a realização da prova; ou seja, a aprovação no vestibular não representa que o candidato será autorizado a efetuar a matrícula”, completou a Proeg.

Por fim, a Pró-reitoria de Ensino ressaltou que a UFRR não possui muitos registros de denúncias relacionadas a cotistas irregulares, porém, quando há este tipo de ocorrência,

é aberta sindicância para apurar a irregularidade apontada.

“Confirmando-se a denúncia, o aluno perde a vaga, independentemente do semestre que esteja cursando”, completou a nota. (P.C.)

Confira o que diz a Lei de Cotas

A Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para os alunos que fizeram ensino médio público ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

As vagas reservadas às cotas serão subdivididas em metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no Estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O critério da raça será autodeclaratório, ou seja, no sistema de cotas, a autodeclaração significa que uma pessoa se considera e se declara como sendo preta, parda ou indígena, sem necessitar de nenhum documento de comprovação. Já a renda familiar per capita terá de ser comprovada por documentação, com regras estabelecidas pela instituição e recomendação de documentos mínimos pelo Ministério da Educação (MEC). (P.C.)

topo ↕

MEIO NORTE - PI - THERESINA

Assentados se formam e fazem história no PI DO THERESINA

A primeira turma do curso de Pedagogia da Terra do Piauí vai se formar nesta terça-feira (12), em Teresina. Os pedagogos estão capacitados para atuar na educação básica de crianças que estudem em Escolas do Campo na modalidade básica. A educação deve ser vista como uma ferramenta de mudança e facilitar o acesso a todos deve ser uma prioridade. Pensando nisso, uma das formas que a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) encontrou de levar o ensino para locais que não possuem esse contato direto com a educação, foi através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e de convênio com Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (Emater) e da Pastoral da Terra. O Programa capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores de atividades educativas comunitárias para as respectivas disciplinas. A universidade entra, então, com um papel de executora, com a colaboração de professores da instituição e professores que são ligados a movimentos sociais. Não à toa, a primeira turma escolheu se chamar “Semeadores de Sonhos”, já que acreditam que através da formação é possível levar a alfabetização e escolarização a milhares de jovens e adultos trabalhadores das áreas rurais, com um olhar específico para a realidade do campo. Maria Barros é uma das pessoas que obteve a primeira graduação em Pedagogia da Terra. Ela foi aluna do programa e será professora. A oportunidade de concluir um curso superior é vista, para ela, como única.

“Venho de uma família de nove irmãos e estou muito feliz. Fui a primeira da família a conseguir se formar e chegar à Universidade. Com relação ao curso, achei a

oportunidade de fazer uma licenciatura em Pedagogia para poder contribuir com a educação do campo e anseio levar educação contextualizada com as especificidades”, relata. Lucineide Barros foi professora da turma de pedagogos da Terra e explicou a especialização dos novos profissionais. “Está previsto, desde 1996, que as escolas do campo devem ter professores especializados com a cultura campestre, respeitando a vivência de quem tem a rotina de ir para a roça e uma religiosidade muito forte”, disse. Os professores de escola do campo terão um trabalho de acordo com a especificidade do território, o jeito de produzir. “As pessoas que moram no campo têm suas próprias vivências. É diferente de quem mora na zona urbana. Geralmente, quem é do campo não tem vizinhos próximos. Eles têm também suas próprias religiosidades, muito fortes. Então, o profissional precisa entender esses aspectos da vida no campo e ensinar as crianças a partir deles”, explicou Lucineide Barros. A turma é composta por trabalhadores rurais, em sua maioria de assentamentos de terras de municípios como Pio IX, Barras e outros. A conquista pelo direito à educação no campo vem com muita luta, e foi justamente assim que diversos alunos ingressaram no curso, através de batalha e estudo para ser classificado no vestibular. Muitos deles hoje contemplam a vida e as oportunidades que o projeto pode beneficiar. Histórias como a da aluna Lilian Barroso, 39 anos, de Palmeirais, são prova disso. Ela entende que a qualificação é necessária. “O curso representa a conquista de fazer a diferença no campo. Foram 4 anos de aulas presenciais, duas vezes por semana, e foram momentos de lutas, conquistas e aprendizado”, confessou Lilian.

“Está previsto que as escolas do campo devem ter professores especializados com a cultura campestre”

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Uespi divulga primeira convocação

A Pró-reitoria de Ensino e Graduação (PREG), da Universidade Estadual do Piauí, torna público o Edital 004/19, da primeira convocação para matrícula institucional, referente ao preenchimento das 1.717 vagas remanescentes de candidatos que efetivaram confirmação de interesse na vaga para ingresso na UESPI, por meio do Sistema de Seleção Unificada – SiSU. Estão sendo convocados os candidatos para efetivar a Matrícula Institucional em um número igual ao número de vagas remanescentes de cada curso, por ordem de classificação da Lista de Espera, considerando as opções de Ampla Concorrência (AC) e Ações Afirmativas (AF1 e AF2). Para efetivar a matrícula institucional, o candidato deve comparecer ao campus para o qual foi selecionado, nos dias 13 e 14 de fevereiro. Os ingressantes do campus Poeta Torquato Neto deverão realizar a matrícula no Núcleo de Educação à Distância (NEAD), e os ingressantes do campus Clóvis Moura na secretaria do campus, de 8h às 13h. Nos campi do interior, as matrículas serão realizadas de 8h às 12h e de 14h às 17h. Na matrícula institucional é obrigatório a presença do candidato ou de seu representante legal munido de procuração pública ou particular. A procuração será exigida para candidatos maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do grau de parentesco do procurador com o candidato.

topo ↕

AGORAMT - TEMPO REAL

Unir abre seleção para mestrado em Administração Pública

As turmas de 2019 do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) estão em processo de formação e as inscrições para o Exame Nacional de Acesso seguem até 10 de março. Os interessados devem se inscrever na

página do programa, pela internet. A taxa de inscrição é R\$ 200, a serem pagos em até 24h após a emissão do boleto.

No estado, a Universidade Federal de Rondônia (Unir) oferece 20 vagas: 10 destinadas ao público externo (modalidade Demanda Social) e dez específicas para servidores. Com abrangência nacional, o Profiap dispõe de 354 vagas (saiba mais abaixo) em 21 universidades federais do Brasil associadas ao programa.

O resultado do Teste ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – será utilizado como critério de seleção, desde que tenha sido feito entre 24 de março de 2017 e 24 de março de 2019. Pessoas inscritas no teste a ser realizado em março deste ano também podem se candidatar.

Leia também: Mais de 20% dos jovens brasileiros não trabalham nem estudam

A especialização em Administração Pública é também uma alternativa, mas direcionada ao mercado de trabalho. Atualmente, existem bolsas de estudo de até 70% em cursos de pós-graduação ofertadas por meio do Educa Mais Brasil. Considerando todas as áreas do conhecimento, são mais de 400 mil oportunidades para o ensino superior (graduação e pós-graduação) no primeiro semestre de 2019, em todas as regiões do país.

O Profiap é um programa reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, aligado ao Ministério da Educação (MEC). O objetivo do mestrado profissional em Administração Pública é “formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade”, sinaliza o edital do processo seletivo. Confira as instituições associadas ao Profiap:

topo ↕

ALAGOAS 24hs - TEMPO REAL

Pós-graduação em Administração Pública é ofertada em Alagoas

No estado, estão sendo ofertadas 18 vagas

PÓS-GRADUAÇÃO

Estão abertas as inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), que dispõe de 352 vagas em 21 universidades federais do Brasil associadas ao programa. Os interessados devem cadastrar os dados pessoais na página do Profiap e realizar a inscrição pela internet. A taxa exigida é R\$ 200, que deve ser paga em até 24h após a emissão do boleto.

Em Alagoas, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) está ofertando 18 vagas. Na instituição de ensino o prazo de inscrição vai até 10 de março. Do total de cada instituição, 50% das vagas são reservadas para servidores das instituições de ensino e 50% são abertas ao público em geral, na modalidade chamada “Demanda Social”.

A seleção adotará o resultado do Teste ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, que deve ter sido realizado entre 24 de março de 2017 e 24 de março de 2019. Pessoas inscritas no teste a ser realizado em março deste ano também podem se candidatar às vagas.

Profiap

Reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (CAPES), e ligado ao Ministério da Educação (MEC), o Profiap visa “formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade”, sinaliza o edital do processo seletivo.

Pós graduação

A especialização em Administração Pública também pode ser cursada com as bolsas de estudo do Educa Mais Brasil. Considerando todas as áreas do conhecimento, o programa dispõe de mais de 400 mil oportunidades para o ensino superior – graduação e pós-graduação – no primeiro semestre de 2019, em todas as regiões do país.

Caso tenha se interessado, não perca tempo. Acesse o site do programa e confira todas as oportunidades disponíveis na sua região. É possível encontrar bolsas de estudo com até 70% de desconto e, melhor, a inscrição é gratuita.

topo ↕

DIÁRIO DE CAMPOS - TEMPO REAL

IFMS adota cartão Pesquisa para facilitar gestão de recursos em projetos institucionais

Inicialmente, foram emitidos 29 cartões para pesquisadores do IFMS utilizarem em editais que somam R\$ 2,8 milhões em fomento.

Redação

Os pesquisadores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) passam a contar, neste início de 2019, com uma ferramenta que busca facilitar a gestão dos recursos destinados à execução de pesquisas com fomento institucional e externo. Trata-se do Cartão Pesquisa, já utilizado por instituições como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Foram emitidos, neste primeiro momento, 29 cartões a pesquisadores da instituição, que irão gerir cerca de R\$ 2,8 milhões relativos a projetos em andamento no IFMS. São pesquisas referentes a editais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), estruturação das unidades da Incubadora Mista e Social do IFMS (TecnoIF) e dos espaços de inovação (IF Maker), e de apoio à participação de estudantes em olimpíadas de conhecimento.

"Cada projeto é vinculado a um cartão, dessa forma se o pesquisador desenvolve três projetos, terá três Cartões Pesquisa e o limite de cada documento estará condicionado ao fomento destinado pelo respectivo edital", explica a diretora executiva da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Caroline Aires.

Na avaliação de Caroline, que é responsável por alterar limites, renovar contrato e solicitar novos cartões, a iniciativa demonstra a preocupação do IFMS com o controle dos recursos destinados à pesquisa e inovação.

"Antes, o dinheiro caía na conta pessoal do pesquisador. Com o Cartão Pesquisa, temos a possibilidade de fazer a gestão dos recursos, observando valores já utilizados e tipos de gastos. O servidor só consegue passar o cartão em estabelecimentos que tenham relação com as aquisições previstas no edital de fomento".

CLIPPING



Todas as operações precisam ser validadas pelo Centro de Custo, cuja gestão é feita pela Propi, pelo gestor financeiro, da Pró-Reitoria de Administração, e pelo ordenador de despesas, o reitor do IFMS.

Regras de utilização - O Regulamento para Utilização do Cartão Pesquisa do IFMS estabelece critérios e procedimentos que devem ser seguidos pelos pesquisadores da instituição que utilizam o cartão.

O documento define, por exemplo, que os pesquisadores devem apresentar, no projeto de pesquisa, a quantidade de todos os bens permanentes, materiais de consumo e serviços que deverão ser adquiridos durante a execução do estudo, além do cronograma para utilização dos recursos e a justificativa para aquisições e contratações.

Para receber o Cartão Pesquisa, o servidor deve ter o projeto de pesquisa aprovado pela Propi. Depois, é preciso assinar o Termo de Responsabilidade de Apoio Financeiro e enviar o documento à pró-reitoria, apresentar a certidão negativa expedida pela Receita Federal e, por fim, assinar o Cadastro de Portador. Com o cartão em mãos, o pesquisador deve cadastrar a senha em uma das agências do Banco do Brasil.

O regulamento também estabelece regras para a utilização dos recursos vinculados ao Cartão Pesquisa. As despesas poderão ser pagas nas opções crédito e saque, sendo essa em casos excepcionais.

Para o pagamento de serviços executados por pessoa física, o pesquisador deve utilizar o formulário "Recibo/Serviços de Terceiros - Pessoa Física", disponibilizado pela Propi.

No caso da contratação de serviços ou aquisições de materiais e equipamentos de pessoas jurídicas, o pesquisador deve fazer cotação prévia de preços no mercado com, no mínimo, três fornecedores. Nesses casos, é obrigatória a emissão de nota fiscal por parte do fornecedor.

Também constam no regulamento informações sobre a classificação das despesas, restrições e cancelamentos de projetos e prestação de contas.

Recursos disponibilizados por meio do Cartão Pesquisa

Edital/Projeto

Fomento previsto

Edital 076/2017 - Implantação e Estruturação dos espaços IFMaker no IFMS

R\$ 30 mil

Edital 079/2018 - Estruturação das unidades da Incubadora Mista e Social do IFMS (TecnoIF)

R\$ 112,5 mil

Edital 078/2018 - Apoio à participação de estudantes em olimpíadas nacionais de conhecimento

R\$ 250 mil

Projeto e fabricação de impressora 3D para impressão de placas e mapas táteis

R\$ 255 mil

Edital MCTIC - Ações de apoio à inclusão digital e desenvolvimento de soluções interativas (IF Educar)

R\$ 1,2 milhão

Edital MCTIC - Implantação de centro de condicionamento de computadores como ferramenta de inclusão digital e desenvolvimento social

R\$ 1 milhão

Texto originalmente publicado em: <http://www.ifms.edu.br/noticias/cartao-pesquisa-ira-facilitar-gestao-de-recursos-em-projetos-institucionais>

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

**Pós-graduação em Administração Pública é ofertada em Pernambuco
Estão abertas as inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), que dispõe de 352 vagas em 21 universidades federais do Brasil associadas ao programa**

Estão abertas as inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) que dispõe de 352 vagas em 21 universidades federais do Brasil associadas ao programa. Os interessados devem cadastrar os dados pessoais na página do Profiap e realizar a inscrição pela internet. A taxa exigida é R\$ 200, que deve ser paga em até 24h após a emissão do boleto.

Em Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), juntas, ofertam 26 vagas — a primeira 12 vagas e, a segunda, 14. O prazo de inscrição vai até 10 de março. Do total de cada instituição, 50% das vagas são reservadas para servidores das instituições de ensino e 50% são abertas ao público em geral, na modalidade chamada “Demanda Social”.

A seleção adotará o resultado do Teste ANPAD — Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, que deve ter sido realizado entre 24 de março de 2017 e 24 de março de 2019. Pessoas inscritas no teste a ser realizado em março deste ano também podem se candidatar às vagas.

Profiap

Reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, e ligado ao Ministério da Educação (MEC), o Profiap visa “formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade”, sinaliza o edital do processo seletivo.

Pós-graduação

A especialização em Administração Pública também pode ser cursada com as bolsas de estudo do Educa Mais Brasil. Considerando todas as áreas do conhecimento, o programa dispõe de mais de 400 mil oportunidades para o ensino superior - graduação e pós-graduação - no primeiro semestre de 2019, em todas as regiões do país.

Caso tenha se interessado, não perca tempo. Acesse o site do programa e confira todas as oportunidades disponíveis na sua região. É possível encontrar bolsas de estudo com até 70% de desconto. A inscrição é gratuita.

topo ↕

PIAÚÍ NOTÍCIAS - TEMPO REAL

UFPI tem inscrições abertas para pós-graduação em Administração Pública

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) está com inscrições abertas até 10 de março para o Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap). São 10 vagas ofertadas. Os dados pessoais devem ser cadastrados na página do programa e, as inscrições, realizadas pela internet. A taxa exigida é R\$ 200, que deve ser paga em até 24h após a emissão do boleto.

No total de vagas, cinco serão destinadas ao público em geral, na modalidade Demanda Social. As demais oportunidades são ocupadas por servidores da UFPI. O Profiap tem abrangência nacional e dispõe de 354 vagas em 21 universidades federais do Brasil associadas (confira abaixo).

PÓS GRADUAÇÃO

Para selecionar os candidatos, serão adotadas as pontuações obtidas no Teste ANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Neste caso, é preciso ter realizado o exame entre 24 de março de 2017 e 24 de março de 2019. Quem vai realizar o exame em março deste ano também podem se candidatar.

Para quem deseja focar no mercado de trabalho, a especialização em Administração Pública pode ser cursada com as bolsas de estudo do Educa Mais Brasil. Considerando todas as áreas do conhecimento, o programa dispõe de mais de 400 mil oportunidades para o ensino superior (graduação e pós-graduação) no primeiro semestre de 2019, em todas as regiões do país.

Quadro de vagas e instituições associadas ao Profiap

Reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, aligado ao Ministério da Educação (MEC), o Profiap visa “formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade”, sinaliza o edital do processo seletivo.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Câmara analisa projeto para tornar Fundeb permanente

O fundo que financia a educação básica no país está prestes a perder a validade

Neste início de legislatura na Câmara dos Deputados, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM do Tocantins, pediu o desarquivamento da proposta de emenda à Constituição (PEC 15/15) que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Fundeb.

Ao fim de cada legislatura, as propostas, em sua maioria, são arquivadas, mas podem ser desarquivadas a pedido do autor. A deputada Professora Dorinha é uma das signatárias da proposta e foi também relatora do texto na comissão especial que analisou o tema. Ela chegou a apresentar um relatório preliminar, que não foi votado na comissão.

O Fundeb foi criado por emenda à Constituição em 2006, mas apenas por um período de 14 anos, ou seja, perde a vigência em 2020. O fundo utiliza recursos da União, de estados, Distrito Federal e municípios para financiar a educação básica no País, incluindo a remuneração dos professores. A estimativa de receita do fundo para este ano é de 156 bilhões de reais.

Segundo Professora Dorinha, a intervenção federal no Rio de Janeiro, no ano passado, acabou atrasando a análise do tema. Mudanças constitucionais ficam proibidas durante período de intervenção. Mas a proposta está madura o suficiente, segundo ela, para que seja analisada com celeridade esse ano.

"A comissão especial fez uma ampla discussão, foram quase 200 audiências públicas, teve um grande debate, a participação de diferentes entidades, de pesquisadores, de gestores, e não foi votado o texto em virtude da intervenção do Rio de Janeiro. Com o desarquivamento e logicamente com a composição de outros parlamentares, a ideia é retomar, mas rapidamente votar um texto na comissão."

Entre as sugestões da deputada, está aumentar a complementação da União para o fundo, de dez por cento para no mínimo trinta por cento da participação de estados e municípios, algo que seria feito de forma gradual.

"A nossa ideia é que, em dez anos, a gente possa triplicar a contribuição da União, que de longe é quem tem o maior volume de recursos e é quem menos coloca dinheiro pra educação básica, onde está o maior atendimento."

A proposta que torna o Fundeb permanente, uma vez aprovada pela comissão especial, segue para votação em dois turnos pelo Plenário da Câmara, e depois ainda precisa do aval dos senadores.

[topo](#)

DIÁRIO ONLINE - TEMPO REAL

Pesquisa brasileira não terá mais investimentos em 2019, diz CNPq

Os investimentos em pesquisa, que já são escassos, podem estar com os dias contados no novo Governo. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) poderá perder mais um terço dos recursos em 2019, segundo a proposta orçamentária em discussão. Nesse caso, para não cortar bolsas, o órgão terá de

praticamente zerar investimentos em pesquisa.

Pela proposta inicial, o orçamento do CNPq – principal agência de fomento à pesquisa científica no País – cairia de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 800 milhões; uma redução de 33%. “É um valor inaceitável”, disse ao Estado, com exclusividade, o presidente do conselho, Mario Neto Borges. Só as bolsas atuais já custam mais do que isso: cerca de R\$ 900 milhões. O CNPq paga atualmente cerca de 80 mil bolsistas, em sua maioria jovens pesquisadores que formam a base da pirâmide de ciência e tecnologia no Brasil.

Diferentemente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – órgão do Ministério da Educação que financia a pós-graduação de forma geral e também alega não ter verba para suprir financiamentos em 2019 – o CNPq tem todas as bolsas atreladas a projetos de pesquisa.

A missão principal do conselho, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), é fomentar o desenvolvimento científico do País, ressalta Borges. Mas os cortes orçamentários dos últimos anos desidrataram o órgão de tal forma que só resta dinheiro para bolsas, e quase nada para auxílio à pesquisa.

No orçamento deste ano, R\$ 900 milhões são para bolsas e R\$ 300 milhões, para o financiamento de projetos. O órgão também recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), mas são recursos sujeitos a contingenciamento.

Dois programas de importância estratégica para a ciência do País – já prejudicados fortemente pelos cortes orçamentários dos últimos anos – seriam diretamente afetados pela falta de recursos: o Edital Universal – voltado para jovens pesquisadores – e os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.

“Confesso que estou perplexo”, disse o físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). “É a política de terra arrasada. O orçamento deste ano já é terrível, e agora pode ficar ainda pior.”

Borges disse que continuará dando prioridade ao pagamento das bolsas, já que, além de dar suporte à pesquisa, elas são um fonte de sustento de milhares de estudantes.

Justificativa. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão disse que os valores do orçamento ainda não estão fechados, e definiu apenas o montante total para cada pasta. “A partir disso, cada ministério tem autonomia para decidir como vai aplicar seus recursos.”

Nesse caso, quem responde pelo orçamento do CNPq é o MCTIC. A pasta de Ciência e Tecnologia, comandada pelo ministro Gilberto Kassab, disse que os valores previstos são “suficientes para o custeio de atividades”, mas não para a realização de investimentos.

(Fonte: Estadão)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo amplia vagas do ‘Se Liga no Enem’ para alunos da Paraíba

Mais de 11 mil alunos da rede estadual vão ser beneficiados.

Por G1 PB

Foi anunciada a abertura do edital e a ampliação do programa 'Se Liga no Enem', destinado aos alunos da rede estadual de ensino, que estão se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio. O anúncio foi feito pelo governador do Estado, João Azevêdo, durante o programa 'Fala, governador', desta segunda-feira (11), no qual foi informado que as aulas do programa vão beneficiar 11.160 alunos este ano.

Conforme o Governo do Estado, em 2018 o PBVest atendeu 8 mil alunos, o que corresponde a uma ampliação de 39,5% no número de estudantes beneficiados.

Ainda de acordo com o anúncio, o 'Se Liga no Enem nas Escolas' será realizado em 64 polos presenciais, beneficiando quatro mil alunos das escolas regulares e 5.390 das escolas integrais.

Já o 'Se Liga no Enem para Egressos' ocorrerá em quatro polos presenciais para 720 alunos e 14 polos de Educação a Distância para 1.050 alunos.

Na edição de 2019 serão realizados 28 eventos de preparação aos sábados, envolvendo 17,6 mil alunos. No ano passado, ocorreram 17 edições, contemplando cinco mil estudantes. As ações de preparação para o Enem também vão envolver núcleos de redação, simulados e formação de professores.

Outras ações

Dentro das ações de preparação para o Enem, o governo irá disponibilizar núcleos de redação, com livros, banca de corretores e plataforma digital, beneficiando 29.826 estudantes de 412, escolas nas 14 regionais de Educação. Ao todo, 603 professores serão orientados nas competências e habilidades do Enem.

João Azevêdo disse que o governo trabalha para garantir que os alunos da rede estadual tenham bons resultados no Enem. "Na nossa concepção, a universidade não é para poucos", destacou.

Lançamento de prêmios

Na ocasião, o chefe do Executivo estadual também divulgou o lançamento dos Prêmios 'Mestres da Educação' e 'Escola de Valor', que, neste ano, farão alusão ao Ano Cultural Jackson do Pandeiro.

O Prêmio Escola de Valor contempla com o 14º salário todos os funcionários das escolas premiadas: gestores, merendeiras, professores, porteiros e vigias. Já a premiação 'Mestre da Educação' possibilita que os professores sejam beneficiados com o 14º salário; e caso estejam lotados nas escolas contempladas com o Prêmio Escola de Valor recebam o 15º salário.

Os prêmios são um incentivo para o desenvolvimento de experiências administrativas e práticas pedagógicas exitosas, nas escolas públicas estaduais de Educação Básica.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Pais e professores reformam salas de aula de escola pública em situação precária em Cuiabá

Pais fizeram reparos nas paredes de quatro salas de aula da Escola Municipal Educação Básica Ana Tereza Arcos Krauze. Prédio está com buracos na parede, salas mofadas, forro do teto caindo e outros problemas estruturais.

Por G1 MT

Pais de alunos e professores reformaram as salas de aula da Escola Municipal Educação Básica Ana Tereza Arcos Krauze, no Bairro Jardim Industriário II, em Cuiabá. Com doações de lojas de materiais de construção, os pais dos estudantes reformaram quatro salas de aula com as próprias mãos.

Quatro salas foram reformadas pelos pais nos dias 2 e 3 deste mês. Os pais ainda higienizaram dois condicionadores de ar e limpam as salas de aula. E, na semana passada, um grupo de professores terminou de pintar o restante das salas, com tintas compradas pela escola. Ao todo, foram pintadas 16 salas.

Conforme Mário Benevides, morador que ajudou os pais na reforma, a escola está em estado precário e sem condições de uso. O imóvel está com buracos na parede, salas mofadas, forro do teto caindo, e outros problemas estruturais.

Sem condições de lecionar nas salas de aula, os professores ministram aulas em um antigo Centro Comunitário, nos fundos das dependências, que também está em situação precária.

O lugar não tem janelas, nem ventilação, as salas estão mofadas e, quando chove, molha tudo. As crianças ficam sufocadas. Lá parece um presídio, explicou Mário.

A ideia da reforma partiu de uma conselheira escolar, que reuniu os pais e pediu as doações em forma de materiais de construção. Os materiais utilizados custaram menos de R\$ 600.

As salas reformadas receberam uma camada de argamassa e pintura. Ficou faltando uma sala. A obra começou a receber os reparos, mas a obra parou por falta de materiais.

Segundo Mário, a escola não é reformada há pelos menos 10 anos e precisa urgentemente de uma reforma geral. A reforma foi em protesto, pois os pais estão indignados com a situação precária que a escola se encontra.

Mário se diz indignado com a posição da prefeitura. "Eu acho um descuido do poder público e da prefeitura a situação em que está a escola. O nosso futuro são nossas crianças e sem ensino de qualidade, não teremos futuro", criticou.

Mutirão interno

A diretora da escola, Olinda Gonçalves, disse ao G1 que, depois da ação dos pais, ela e os professores fizeram um mutirão interno e pintaram todas as 16 salas de aulas da escola.

Olinda disse que os recursos utilizados na compra das tintas utilizadas pela reforma feita pelos professores foi comprada pelo município e que sempre é disponibilizado recurso.

Sobre a reforma feita pelos pais, a diretora disse que permite que as famílias façam pequenos reparos, como pintura, que sempre é oferecida, porque a escola precisa e é uma forma dos pais contribuírem com a educação dos filhos.

"Se uma torneira quebrar e um pai de aluno oferecer ajuda, eu vou lá compro a torneira com o dinheiro da escola e deixo ele consertar. Não vejo problema nenhum nisso, explicou.

Ela disse que só autorizou a ação porque tem receio da burocracia exigida para uma reforma, pois a escola é grande e demoraria muito tempo. "Mas já está licitada (a obra) e todos os documentos estão feitos para a reforma da escola, só estamos aguardando, alegou.

Nota no Ideb

A escola obteve pela quarta vez consecutiva a nota 8.0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), sendo a melhor nota das escolas públicas de Mato Grosso e está entre as 10 melhores do Brasil, segundo Olinda Gonçalves.

A diretora disse ainda que foi feita uma reforma no teto do complexo de salas situadas no fundo da escola e que o local está em condições favoráveis para utilização.

A escola possui cerca de 820 alunos e funciona nos dois períodos, manhã e tarde. Por enquanto a escola está sem funcionários e professores do segundo e quarto ano, mas a contratação está sendo feita.

Em nota, a Secretaria Municipal de Educação informou que determinou uma verba para reparos emergenciais na unidade e que fosse liberada.

Em 2018, a Escola Ana Teresa Arcos Krause passou por três manutenções na rede elétrica e telhado da unidade para corrigir os problemas de goteiras.

Para resolver os demais problemas estruturais, a escola foi incluída no pacote de reformas da Prefeitura de Cuiabá que há previsão início em breve — ainda falta a aprovação da licitação.

O pacote visa possibilitar obras maiores de unidades escolares com estrutura antiga. Somente para esta unidade serão investidos R\$ 2,8 milhões para a reforma, segundo a assessoria da prefeitura.

Escolas municipais

Cuiabá tem 81 Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB) urbanas e oito do campo; 51 unidades de creche e 22 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

No ano de 2018, foram mais de 51 mil estudantes matriculados e esse ano não foi totalizada a qualidade de alunos matriculados nas redes de ensino públicas do município.

CULTURA AMAZÔNICA - TEMPO REAL
LIVRO EXPLICA RISCOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA A
FLORESTA AMAZÔNICA

MEIO AMBIENTE| “O maior risco que essa floresta corre é a falta de conhecimento sobre ela”. A afirmação é do pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente do comitê científico do Programa AmazonFACE, David Lapola, durante lançamento do livro “Floresta em risco – as mudanças climáticas destruirão a Floresta Amazônica?”, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC).

A obra do AmazonFACE (Free Air CO₂ Enrichment, sigla em inglês para Enriquecimento por gás carbônico ao ar livre) foi escrita por Lapola e pelo jornalista norte-americano Daniel Grossman, com fotos de João Marcos Rosa e ilustrações de Rogério Lupo. O AmazonFACE é um Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) executado pelo Inpa, que busca entender como o funcionamento da floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo, vai responder ao aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂), um dos principais gases responsáveis pelo efeito estufa na atmosfera.

“É isso [falta de conhecimento] que assola essa floresta, em vista da mudança do clima; é a gente não saber, ter pouca evidência, pouco estudo e ciência em relação à como a floresta amazônica vai se comportar com relação às mudanças climáticas”, disse Lapola, que é ecólogo com doutorado em modelagem do Sistema Terrestre.

Com uma linguagem acessível ao grande público, a obra explica o problema das mudanças climáticas globais, e detalha a abordagem científica do programa AmazonFACE, sua justificativa, métodos e perguntas científicas. O programa é realizado na Estação Experimental de Silvicultura Tropical ZF-2 do Inpa, a 50 km norte de Manaus, BR-174 (Manaus/AM-Boa Vista/RR).

Para o jornalista americano, o grande desafio na produção do livro foi trazer o conhecimento relacionado ao AmazonFACE e seu desenho experimental, de uma maneira simples para o para o publico. “Isso demandou muita reflexão sobre o texto do livro. Por exemplo: o experimento não vai simular exatamente como será o futuro, vai simular apenas um aspecto que é a mudança de concentração de gás carbônico na atmosfera, e em cima disso o pessoal do AmazonFACE vai incorporar outras informações de como o clima responde em diferentes processos ecológicos da floresta”, explicou Grossman.

A ideia do livro nasceu de uma conversa comum técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a equipe do programa, dentro de caminhonete no retorno da visita ao sítio experimental. Na ocasião o técnico sugeriu ao programa investir na divulgação daquele conhecimento para o grande público. A equipe abraçou a ideia e foram produzidos um vídeo sobre o projeto, este livro publicado agora, e a exposição “Amazônia e Mudanças Climáticas: um futuro em fotos, ilustrações e ciência”, que ficou cinco meses em cartaz, no Paiol da Cultura do Inpa. A proposta é levar a exposição para outras cidades do país, como Campinas (SP) e Brasília (DF).

A obra de 64 páginas teve uma primeira tiragem de 500 exemplares, com distribuição gratuita de 20% durante o lançamento no dia 06 fevereiro para aqueles que se inscreveram. O restante será distribuído para universidades e algumas escolas de ensino médio da região amazônica. A versão e-book do livro está disponível no site do programa AmazonFACE(<http://www.inpa.gov.br/amazonface>).

Savanização

Este ano a hipótese de savanização da Amazônia completará 20 anos. Ela foi uma das justificativas para a existência do AmazonFACE. Para Lapola, a possibilidade de a floresta amazônica perder 50%, 60% ou até 80% de sua área por causa de mudanças do clima deveria estar deixando os governos dos países amazônicos “de cabelo em pé”, mas não está principalmente por causa das incertezas científicas relacionadas ao possível efeito de fertilização por CO₂.

“Então, a floresta está em risco? Está sim, vinte anos se passaram e até hoje o nosso nível de certeza em relação a essa hipótese ainda está ‘no ar’. Por isso destaco a questão das incertezas científicas, pois quanto mais estudos tivermos, mais vamos reduzir essas incertezas sobre o futuro, e caso um futuro ruim estiver nos aguardando lá na frente, se tivermos um bom nível de conhecimento agora, conseguiremos preparar a sociedade para esse futuro”, alertou o pesquisador.

AmazonFACE

Atualmente o programa tem seu foco em experimentos feitos em arvoretas do sub-bosque da floresta (plantas pequenas de até três metros de altura) em câmeras de topo aberto (uma estrutura metálica com revestimento de polipropileno) de 2,4 metros de diâmetro e 3 metros de altura, que são um passo intermediário para o experimento do tipo “FACE” com árvores adultas, na escala do ecossistema.

A proposta central do programa é construir um aparato experimental de enriquecimento por CO₂ ao ar livre, que vai aspergir CO₂ na floresta madura por dez anos, por meio de pulverizadores que estarão pendurados em 16 torres de 35 metros de altura, uniformemente espaçadas ao redor do perímetro de cada parcela florestal, para saber como ela reage. Para essa infraestrutura do experimento são necessários pelo menos R\$ 6 milhões.

Nos últimos 30 a 40 anos, a temperatura média na Amazônia aumentou em média 0,7°C, um impacto relevante grande. Pelas projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Amazônia terá um aumento na temperatura de 2°C a 6°C até 2.100, um cenário que requer preocupação agora e exige melhores previsões do que pode acontecer, segundo os cientistas.

“Isso vai influenciar a floresta, talvez leve a uma grande mortalidade da floresta. Com o clima mais seco e tudo isso podemos ter perda de floresta, impactos na agricultura, na saúde das pessoas, na geração de energia, impactos socioeconômicos muito grandes”, disse o gerente executivo do AmazonFACE, o pesquisador do Inpa Carlos Alberto Quesada.

O mesmo gás que aumenta a temperatura, o CO₂, é a base da fotossíntese. Então, o experimento AmazonFACE busca saber se esse gás, que é o substrato para o funcionamento da floresta, se não vai ter um “lado bom também”, que seria tornar a floresta mais resistente a secas, ajudá-la a crescer mais, ou se a “retenção de água nas plantas diminuiria a evapotranspiração, desacelerando o motor hidrológico de reciclagem das chuvas amazônicas, o que acabaria por realimentar a estiagem”. Se encontrar esse “lado bom”, isso daria uma salvaguarda para todos, dando tempo maior

de preparação para lidar com as mudanças e os seus impactos.

“A gente quer fazer um experimento no campo em que simule o aumento numa concentração de CO₂ na atmosfera que é prevista para ser alcançada com as emissões de gases de efeito estufa pela humanidade entre 2050 e 2100”, explica Quesada. “Isso vai nos ajudar a tentar entender hoje o impacto que mudanças do clima e a elevação de CO₂ terá na floresta do amanhã. Aí a gente vai começar a poder se preparar para evitar o impactos socioeconômicos, ter políticas públicas e tentar reverter esses impactos”, completou.

Financiamento e Apoio

Iniciado em 2011, o AmazonFACE envolve diretamente cerca de 50 pesquisadores, bolsistas e estudantes de várias instituições brasileiras e do exterior, mas o número dobra se contadas todas as colaborações mais pontuais. Até o momento o programa já obteve cerca de R\$ 7 milhões, incluindo a primeira fase e o início desta fase 1.5, intermediária entre o início do experimento de larga-escala.

Até o momento o programa já recebeu financiamento do MCTIC, BID, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Fundação Alemã de Pesquisa (DFG) e Instituto Serrapilheira.

topo ↕

DIÁRIO DE GOIÁS - GO - TEMPO REAL

Universidade de Goiás está ofertando vagas para pós-graduação

Em Goiás, a Universidade Federal de Goiás está ofertando 16 vagas para o Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) que dispõe de 352 vagas em 21 universidades federais do Brasil associadas ao programa.

Os interessados devem cadastrar os dados pessoais na página do Profiap e realizar a inscrição pela internet. A taxa exigida é R\$ 200, que deve ser paga em até 24h após a emissão do boleto. O prazo de inscrição vai até 10 de março. Do total de cada instituição, 50% das vagas são reservadas para servidores das instituições de ensino e 50% são abertas ao público em geral, na modalidade chamada “Demanda Social”.

A seleção adotará o resultado do Teste ANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, que deve ter sido realizado entre 24 de março de 2017 e 24 de março de 2019. Pessoas inscritas no teste a ser realizado em março deste ano também podem se candidatar às vagas.

Reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, e ligado ao Ministério da Educação (MEC), o Profiap visa “formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade”, sinaliza o edital do processo seletivo.

Pós graduação

CLIPPING



A especialização em Administração Pública também pode ser cursada com as bolsas de estudo do Educa Mais Brasil. Considerando todas as áreas do conhecimento, o programa dispõe de mais de 400 mil oportunidades para o ensino superior - graduação e pós-graduação - no primeiro semestre de 2019, em todas as regiões do país.

Confira as instituições associadas ao Profiap:

FURG - Universidade Federal do Rio Grande – 20 vagas

UFAL - Universidade Federal de Alagoas – 18 vagas

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais – 24 vagas

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semiárido – 22 vagas

UFF - Universidade Federal Fluminense – 20 vagas

UFG - Universidade Federal de Goiás – 16 vagas

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – 22 vagas

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora – 10 vagas

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – 22 vagas

UFPEl - Universidade Federal de Pelotas – 24 vagas

UFPI - Universidade Federal do Piauí – 10 vagas

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco – 12 vagas

UFS - Universidade Federal do Sergipe – 12 vagas

UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei – 14 vagas

UFT - Universidade Federal do Tocantins – 8 vagas

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro – 12 vagas

UFV - Universidade Federal de Viçosa – 16 vagas

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas – 8 vagas

UNIR - Universidade Federal de Rondônia – 20 vagas

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco – 14 vagas

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – 30 vagas

topo ↕

INPA - TEMPO REAL

Livro do AmazonFACE mostra riscos das mudanças climáticas para a Floresta Amazônica

A versão e-book do livro “Floresta em risco - as mudanças climáticas destruirão a Floresta Amazônica?” está disponível no site do programa AmazonFACE

<http://www.inpa.gov.br/amazonface>. Obra de divulgação científica é destinada ao grande público

“O maior risco que essa floresta corre é a falta de conhecimento sobre ela”. A afirmação é do pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente do comitê científico do Programa AmazonFACE, David Lapola, durante lançamento do livro “Floresta em risco - as mudanças climáticas destruirão a Floresta Amazônica?”, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC).

A obra do AmazonFACE (Free Air CO₂ Enrichment, sigla em inglês para Enriquecimento por gás carbônico ao ar livre) foi escrita por Lapola e pelo jornalista norte-americano Daniel Grossman, com fotos de João Marcos Rosa e ilustrações de Rogério Lupo. O AmazonFACE é um Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) executado pelo Inpa, que busca entender como o funcionamento da floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo, vai responder ao aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂), um dos principais gases responsáveis pelo efeito estufa na atmosfera.

“É isso [falta de conhecimento] que assola essa floresta, em vista da mudança do clima; é a gente não saber, ter pouca evidência, pouco estudo e ciência em relação à como a floresta amazônica vai se comportar com relação às mudanças climáticas”, disse Lapola, que é ecólogo com doutorado em modelagem do Sistema Terrestre.

Com uma linguagem acessível ao grande público, a obra explica o problema das mudanças climáticas globais, e detalha a abordagem científica do programa AmazonFACE, sua justificativa, métodos e perguntas científicas. O programa é realizado na Estação Experimental de Silvicultura Tropical ZF-2 do Inpa, a 50 km norte de Manaus, BR-174 (Manaus/AM-Boa Vista/RR).

Para o jornalista americano, o grande desafio na produção do livro foi trazer o conhecimento relacionado ao AmazonFACE e seu desenho experimental, de uma maneira simples para o público. “Isso demandou muita reflexão sobre o texto do livro. Por exemplo: o experimento não vai simular exatamente como será o futuro, vai simular apenas um aspecto que é a mudança de concentração de gás carbônico na atmosfera, e em cima disso o pessoal do AmazonFACE vai incorporar outras informações de como o clima responde em diferentes processos ecológicos da floresta”, explicou Grossman.

A ideia do livro nasceu de uma conversa comum técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a equipe do programa, dentro de caminhonete no retorno da visita ao sítio experimental. Na ocasião o técnico sugeriu ao programa investir na divulgação daquele conhecimento para o grande público. A equipe abraçou a ideia e foram produzidos um vídeo sobre o projeto, este livro publicado agora, e a exposição “Amazônia e Mudanças Climáticas: um futuro em fotos, ilustrações e ciência”, que ficou cinco meses em cartaz, no Paiol da Cultura do Inpa. A proposta é levar a

exposição para outras cidades do país, como Campinas (SP) e Brasília (DF).

A obra de 64 páginas teve uma primeira tiragem de 500 exemplares, com distribuição gratuita de 20% durante o lançamento no dia 06 fevereiro para aqueles que se inscreveram. O restante será distribuído para universidades e algumas escolas de ensino médio da região amazônica. A versão e-book do livro está disponível no site do programa AmazonFACE (<http://www.inpa.gov.br/amazonface>).

Savanização

Este ano a hipótese de savanização da Amazônia completará 20 anos. Ela foi uma das justificativas para a existência do AmazonFACE. Para Lapola, a possibilidade de a floresta amazônica perder 50%, 60% ou até 80% de sua área por causa de mudanças do clima deveria estar deixando os governos dos países amazônicos “de cabelo em pé”, mas não está principalmente por causa das incertezas científicas relacionadas ao possível efeito de fertilização por CO₂.

“Então, a floresta está em risco? Está sim, vinte anos se passaram e até hoje o nosso nível de certeza em relação a essa hipótese ainda está ‘no ar’. Por isso destaco a questão das incertezas científicas, pois quanto mais estudos tivermos, mais vamos reduzir essas incertezas sobre o futuro, e caso um futuro ruim estiver nos aguardando lá na frente, se tivermos um bom nível de conhecimento agora, conseguiremos preparar a sociedade para esse futuro”, alertou o pesquisador.

AmazonFACE

Atualmente o programa tem seu foco em experimentos feitos em arvoretas do sub-bosque da floresta (plantas pequenas de até três metros de altura) em câmeras de topo aberto (uma estrutura metálica com revestimento de polipropileno) de 2,4 metros de diâmetro e 3 metros de altura, que são um passo intermediário para o experimento do tipo “FACE” com árvores adultas, na escala do ecossistema.

A proposta central do programa é construir um aparato experimental de enriquecimento por CO₂ ao ar livre, que vai aspergir CO₂ na floresta madura por dez anos, por meio de pulverizadores que estarão pendurados em 16 torres de 35 metros de altura, uniformemente espaçadas ao redor do perímetro de cada parcela florestal, para saber como ela reage. Para essa infraestrutura do experimento são necessários pelo menos R\$ 6 milhões.

Nos últimos 30 a 40 anos, a temperatura média na Amazônia aumentou em média 0,7°C, um impacto relevante grande. Pelas projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Amazônia terá um aumento na temperatura de 2°C a 6°C até 2.100, um cenário que requer preocupação agora e exige melhores previsões do que pode acontecer, segundo os cientistas.

“Isso vai influenciar a floresta, talvez leve a uma grande mortalidade da floresta. Com o clima mais seco e tudo isso podemos ter perda de floresta, impactos na agricultura, na saúde das pessoas, na geração de energia, impactos socioeconômicos muito grandes”, disse o gerente executivo do AmazonFACE, o pesquisador do Inpa Carlos Alberto Quesada.

O mesmo gás que aumenta a temperatura, o CO₂, é a base da fotossíntese. Então, o

experimento AmazonFACE busca saber se esse gás, que é o substrato para o funcionamento da floresta, se não vai ter um “lado bom também”, que seria tornar a floresta mais resistente a secas, ajudá-la a crescer mais, ou se a “retenção de água nas plantas diminuiria a evapotranspiração, desacelerando o motor hidrológico de reciclagem das chuvas amazônicas, o que acabaria por realimentar a estiagem”. Se encontrar esse “lado bom”, isso daria uma salvaguarda para todos, dando tempo maior de preparação para lidar com as mudanças e os seus impactos.

“A gente quer fazer um experimento no campo em que simule o aumento numa concentração de CO2 na atmosfera que é prevista para ser alcançada com as emissões de gases de efeito estufa pela humanidade entre 2050 e 2100”, explica Quesada. “Isso vai nos ajudar a tentar entender hoje o impacto que mudanças do clima e a elevação de CO2 terá na floresta do amanhã. Aí a gente vai começar a poder se preparar para evitar o impactos socioeconômicos, ter políticas públicas e tentar reverter esses impactos”, completou.

Financiamento e Apoio

Iniciado em 2011, o AmazonFACE envolve diretamente cerca de 50 pesquisadores, bolsistas e estudantes de várias instituições brasileiras e do exterior, mas o número dobra se contadas todas as colaborações mais pontuais. Até o momento o programa já obteve cerca de R\$ 7 milhões, incluindo a primeira fase e o início desta fase 1.5, intermediária entre o início do experimento de larga-escala.

Até o momento o programa já recebeu financiamento do MCTIC, BID, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Fundação Alemã de Pesquisa (DFG) e Instituto Serrapilheira.

topo 

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Não haverá corte nas bolsas, diz presidente da Capes em visita à Andifes

O novo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Anderson Correia**, participou de reunião do Conselho Pleno da entidade na última quarta-feira

Durante a primeira reunião do Conselho Pleno de 2019, nesta quarta-feira (6), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) recebeu o novo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, acompanhado pela diretora de Avaliação, Sônia Nair Bao; da diretora de Programas e Bolsas no País, pela Zena Maria Martins; e pelo assessor especial, Darson Astorga De La Torre.

Anderson Correia afirmou que não há perspectiva de corte de bolsas para pesquisa e pós-graduação. “Se conseguirmos recompor o orçamento, já estamos com a garantia de que conseguiremos atender todo o sistema de pós-graduação no Brasil com elevada qualidade. A pós-graduação não pode ter seu crescimento interrompido, deve ser crescente. O tamanho desse crescimento dependerá do diálogo que teremos entre **Capes**, Governo Federal, Andifes e Congresso. Vamos trabalhar para que não haja cortes.”

O presidente da **Capes** anunciou o lançamento do edital do Programa Ciência nas Escolas. Ele explicou que trata-se de uma parceria entre a **CAPES**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para que professores universitários com experiência na área de educação desenvolvam projetos nas escolas públicas de nível básico, de modo a incrementar o nível de estudo e conhecimento de ciências nas escolas.

Ao agradecer a presença dos representantes da **Capes**, o presidente da Andifes, reitor Reinaldo Centoducatte (UFES), afirmou ser importante que as duas instituições trabalhem juntas na defesa do Ensino Superior e da pesquisa. “Foi significativo para nós que o senhor tenha se disponibilizado a ouvir nossas questões, e nos mostrar seu reconhecimento do Sistema de Universidades Federais para o Ensino Superior na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento e para o desenvolvimento do nosso País. Agradecemos seu compromisso de atuar em proximidade com a colaboração efetiva do sistema de universidades federais para o crescimento do País e para que esse sistema siga avançando, com programas específicos, dentro da perspectiva de cada região brasileira, considerando as complexidades e diferenças de cada universidade. Isso é fundamental para que possamos aplicar, não apenas recursos, mas políticas que equalizem e forneçam qualidade a programas sociais que ofereçam aquilo que as regiões, dentro de suas especificidades, anseiam”, finalizou.

topo ↕

MAIS TUPÃ - TEMPO REAL

Irlanda, Canadá e EUA oferecem capacitação para professores.

Foram divulgados nesta sexta-feira, 8, no Diário Oficial da União (DOU), três editais para capacitação de profissionais da educação básica na Irlanda, no Canadá e nos Estados Unidos. As inscrições, gratuitas, são feitas on-line, com preenchimento de formulário e envio de documentos pela internet.

O primeiro edital é voltado aos professores de língua inglesa. Nele é oferecido um curso intensivo de seis semanas em universidade dos Estados Unidos. As vagas são para professores que estejam em efetivo exercício nas escolas públicas de educação básica. Entre os benefícios estão ajuda de custo e material didático do curso.

Em parceria com o Mary Immaculate College, o segundo documento propõe o desenvolvimento de profissionais da educação básica na Irlanda. O programa tem como meta, além do treinamento em língua inglesa, o desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica para profissionais de supervisão. O curso tem duração de 12 meses.

O último é promovido pelo Colleges and Institutes Canada (CICan). É dividido em duas partes: a primeira, em um curso básico de inglês, e a outra, em um curso de formação para professores. Ambas são voltadas à gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno. A capacitação tem duração de oito meses, com foco nos professores em efetivo exercício nas escolas públicas das redes estadual, municipal e distrital.

Para saber mais sobre requisitos e benefícios, basta acessar as páginas dos programas e os editais, disponíveis na página da **Capes**.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pós-graduação em Direito da Unifor debate Liberdade, Contingência e Ironia

O Programa de Pós-Graduação de Direito (PPGD) da Universidade de Fortaleza (Unifor) promove, no dia 18 de fevereiro de 2019, a Aula Magna do Mestrado e Doutorado em Direito Constitucional intitulada “Liberdade, Contingência e Ironia”. O evento acontece às 9h, no Auditório da Biblioteca e é aberto ao público interessado no tema.

O palestrante e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Dr. Fernando José Borges Correia Araújo, discursará sobre as principais obras de Adam Smith, dentre elas: O Conceito da Liberdade; Teoria Econômica do Contrato; A Hora dos Direitos dos Animais e a Análise Econômica dos Direitos.

Smith defendeu a igualdade perante a lei para todos e, na sua opinião, o governo era errado em conceder vantagens a alguns à custa de outros. Ele achava inadequado quaisquer leis que freassem a produção dos homens, e sustentava que cada pessoa buscasse livremente seus interesses, desde que não infringisse os direitos de outras pessoas. Era também um Whig, os Whigs do parlamento britânico lutaram por um governo limitado e por liberdade.

Sobre o palestrante

Fernando José Borges Correia Araújo é doutor em Ciências Jurídico-Econômicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro; Membro da American Economic Association e da American Law and Economics Association; Associado Fundador e Vogal do Conselho Fiscal, da Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social.

Serviço

Aula Magna de Mestrado e Doutorado em Direito Constitucional da Unifor

Tema: “Liberdade, Contingência e Ironia”

Data: 18/02/2019

Horário: 9h

Local: Auditório da Biblioteca

Inscrições pelo e-mail: ppgd@unifor.br

Mais informações: (85)3477-3058

* Informamos que a lista de frequência para emissão de certificado fica disponível até uma hora após o início do evento, sem registro de frequência o participante não terá seu certificado emitido.

O POVO - CE - OPINIÃO

Cultivar o desejo de aprender

A cada novo ano escolar, faço-me as mesmas perguntas: por que não conseguimos nos tornar uma nação instruída; por que, a exemplo de tantos países, não logramos universalizar uma educação básica de qualidade; por que temos tanta resistência a aprender e a ensinar; por que tão poucos possuem o desejo de aprender e de ensinar? Penso que as respostas se encontram na cultura de nossas famílias. Escrever, ler, estudar para aprender - diferentemente de falar - não são atos inatos nem impulsos instintivos. São virtudes adquiridas através da orientação que famílias passam a seus filhos, continuamente, geração após geração, dentro de determinados ambientes sociais. Há ambientes que não encorajam a aprendizagem individual e coletiva, até proíbem-na, como a escravidão e a pobreza extrema, duas pragas sociais que fazem parte de nossa herança coletiva.

Há, no entanto, outros contextos econômicos que impulsionam e exigem cultivar, até cultivar, a vontade e a paixão pelos estudos, como as profissões técnicas, profissionais, de serviço e a propriedade de bens de capital de certos países. Daí se pode dimensionar o nosso atraso em insistir em manter um duplo sistema de educação, o público e o privado, cada um com públicos diametralmente opostos em termos de valorização e investimento na aprendizagem escolar.

Nesses dias, a televisão passa e repassa uma campanha publicitária de um renomado colégio privado cearense, comercial magistralmente conduzido por Fernanda Montenegro, que, elogiando a performance dos alunos da instituição em vestibulares, conclui: "grandes alunos, grandes professores, grande colégio".

A mensagem fica incompleta e truncada, omitindo o mais importante, a família; o certo seria dizer: "grandes e abastadas famílias, grandes alunos, grandes professores e grandes colégios privados ou públicos". A família é a raiz de toda boa aprendizagem, a começar pelo cultivo da necessidade e do desejo de aprender. Sabe-se, com efeito, o quanto essas famílias abastadas de "grandes alunos" investem diariamente em motivação, esforços, disciplina e recursos financeiros para desenvolver nos seus filhos o desejo e a disciplina de estudar para aprender.

Ao nascer, a tartaruga corre para o mar; os humanos não nascem correndo para o estudo; o desejo de estudar para aprender lhes é insuflado pela persistência de pais que compreendem que, numa sociedade de conhecimento, só têm êxito os altamente escolarizados.

O sucesso escolar, portanto, não é, em primeiro lugar, resultado dos esforços de professores e de escolas, mas de um longo e constante trabalho coletivo; de uma persistente ação educativa da e na família. Reunir todos os alunos num único sistema público escolar é necessário, embora improvável. É, todavia, possível trabalhar para desenvolver nos pais a convicção da necessidade de nutrir nos filhos o desejo de estudar para aprender. Pesquisas internacionais (Pisa) mostram que filhos de famílias carentes podem ter boa aprendizagem quando instigados pelos pais. ■

topo ↕

CONTABILIDADE NA TV - NOTÍCIAS

Carreira Contábil está entre as que mais geraram empregos em 2018 e promete crescimento para 2019

Com o mercado de trabalho cada vez mais exigente, os profissionais devem estar preparados para acompanhar as mudanças e saírem na frente. Os impactos advindos dos

avanços tecnológicos têm impulsionado transformações nas áreas de atuação de muitos segmentos, como na Contabilidade. No entanto, a carreira contábil continua sendo imprescindível ao desenvolvimento sustentável de empresas e governos.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados- CAGED, a contabilidade esteve entre as seis profissões de nível superior que mais contrataram em 2018 no Brasil, com quase 17 mil vagas abertas e preenchidas no mercado de trabalho. Além disso, o levantamento também aponta a carreira como a quarta mais bem remunerada no País, atrás apenas dos administradores, especialistas em marketing e recursos humanos. Os dados foram colhidos das empresas instaladas nas 27 capitais e regiões metropolitanas do País.

No âmbito acadêmico, a graduação em Ciências Contábeis é uma das mais populares do Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação em 2017, a profissão ocupa o 4º lugar entre os 10 maiores cursos de graduação em número de matrículas.

Para o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, o cenário evidencia a essencialidade do profissional contábil seja em momentos de recessão ou bonança financeira. Segundo ele, os dados, por si só, demonstram que a carreira não está em declínio, como sugerem opiniões isoladas, mas em total ascensão com as transformações resultantes dos avanços tecnológicos.

“Em tempos de crise, como vivenciamos nos últimos anos na economia brasileira, a Ciência Contábil se destacou pela amplitude dos assuntos de seu domínio, sendo a opção certa para as empresas fazerem os ajustes necessários para a retomada do crescimento. Além do conhecimento técnico das normas contábeis, temas como legislação tributária, controladoria, comércio internacional e finanças públicas fazem parte das especialidades da nossa profissão”, ressalta.

Zulmir também destaca que, nos momentos de bonança, a figura do contador também é crucial, já que é preciso garantir a sustentabilidade dos negócios. “É sempre necessário analisar estratégias de investimentos buscando valorizar e expandir a empresa, com transparência e integridade, lembra.

Diversas consultorias de recrutamento apontam que, com a possível recuperação econômica este ano, cargos como de diretor financeiro e de diretor de impostos estarão entre os mais demandados pelo mercado, sendo a formação em Ciências Contábeis um diferencial para se ocupar essas funções. Entre os outros cargos que estão em alta para os profissionais da contabilidade, se destacam o controller, o analista contábil de report, o gerente de compliance e risco e o parametrizador de sistemas.

Em todos os casos, a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Lucelia Lecheta, explica que é necessário que a classe esteja atenta à mudança no perfil dos contadores exigida no mercado. Segundo ela, com a rapidez que as transformações tecnológicas vêm acontecendo, é importante estar preparado para absorver informações e se adaptar a nova era da inteligência artificial, saindo do nível operacional de trabalho rumo a um patamar mais estratégico.

“Nesse aspecto, o profissional pode estar seguro de que suas habilidades e capacidade

analítica são insubstituíveis. Os softwares podem gerar dados, contudo, estes precisam ser explorados, cuidadosamente analisados e transformados em planejamento, de modo que o cliente tenha clareza das melhores escolhas que o levarão a alcançar o sucesso em seu empreendimento. Assim, a atualização de conhecimentos é imprescindível para que o profissional não fique para trás”, explica.

Educação Profissional Continuada como caminho para a capacitação

Alinhado aos padrões internacionais de Contabilidade, o CFC possui o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) que visa atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, juntamente com as habilidades multidisciplinares.

O PEPC é direcionado aos auditores independentes, responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis ou que exerçam funções na área de gerência no processo de elaboração das demonstrações contábeis daquelas empresas reguladas e/ou supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Engloba, também, empresas consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 e entidades sem fins lucrativos que se enquadrem nos limites monetários da lei citada.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PG 12), para cumprir o Programa, o profissional deve atingir, no mínimo, 40 pontos de EPC por ano. Essa pontuação pode ser obtida de várias maneiras, como por exemplo, lecionando, participando de cursos, congressos, conferências ou seminários, entre outras. Atualmente, existem mais de dois mil cursos e eventos credenciados pelo CFC que podem ser consultados nos sites dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

Vale mencionar que, além dos profissionais que são obrigados a prestar contas ao PEPC, o CFC incentiva a participação voluntária.

“A atualização e capacitação dos profissionais têm sempre por objetivo aprimorar a qualidade dos serviços prestados, oferecendo à sociedade contadores preparados para as mais diversas atuações que a formação permite. Essas vão desde a contabilidade de micro e pequenas empresas, passando pelas de médio e grande porte, auditoria interna e independente, contabilidade do setor público, contabilidade do terceiro setor, assessoria contábil, análise financeira, consultoria, perícia contábil até o âmbito acadêmico”, exemplifica a vice-presidente Lucélia.

Programa Excelência na Contabilidade

O Conselho também possui o Programa Excelência na Contabilidade, que tem como proposta intensificar a implantação de cursos de pós-graduação stricto sensu em Contabilidade. Esse programa participa financeiramente de projetos específicos, mediante convênios firmados com instituições de ensino superior recomendados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O projeto toma uma dimensão importante ao considerarmos que, mesmo com a expansão do ensino superior e de programas de pós-graduação, o número de cursos de

mestrado e doutorado na área de Ciências Contábeis ainda é muito reduzido. De acordo com a avaliação quadrienal da Capes de 2017, são cerca de 18 programas que abordam, de fato, as Ciências Contábeis em todo país.

“A profissão não vai acabar, mas encontra-se em constante movimento e promovendo muita mudança. Ela sempre esteve em evolução, mas, devido aos avanços tecnológicos, as coisas agora são mais rápidas. Ela não caminha para o fim, mas para o aprimoramento e o profissional da contabilidade deve estar preparado para atender essas novas capacidades”.

Por Rafaella Feliciano / Portal CFC

topo ↕

PORTAL CONTÁBIL SC - NOTÍCIAS

Carreira Contábil está entre as que mais geraram empregos em 2018 e promete crescimento para 2019

Com o mercado de trabalho cada vez mais exigente, os profissionais devem estar preparados para acompanhar as mudanças e saírem na frente. Os impactos advindos dos avanços tecnológicos têm impulsionado transformações nas áreas de atuação de muitos segmentos, como na Contabilidade. No entanto, a carreira contábil continua sendo imprescindível ao desenvolvimento sustentável de empresas e governos.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados- CAGED, a contabilidade esteve entre as seis profissões de nível superior que mais contrataram em 2018 no Brasil, com quase 17 mil vagas abertas e preenchidas no mercado de trabalho. Além disso, o levantamento também aponta a carreira como a quarta mais bem remunerada no País, atrás apenas dos administradores, especialistas em marketing e recursos humanos. Os dados foram colhidos das empresas instaladas nas 27 capitais e regiões metropolitanas do País.

No âmbito acadêmico, a graduação em Ciências Contábeis é uma das mais populares do Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação em 2017, a profissão ocupa o 4º lugar entre os 10 maiores cursos de graduação em número de matrículas.

Para o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, o cenário evidencia a essencialidade do profissional contábil seja em momentos de recessão ou bonança financeira. Segundo ele, os dados, por si só, demonstram que a carreira não está em declínio, como sugerem opiniões isoladas, mas em total ascensão com as transformações resultantes dos avanços tecnológicos.

“Em tempos de crise, como vivenciamos nos últimos anos na economia brasileira, a Ciência Contábil se destacou pela amplitude dos assuntos de seu domínio, sendo a opção certa para as empresas fazerem os ajustes necessários para a retomada do crescimento. Além do conhecimento técnico das normas contábeis, temas como legislação tributária, controladoria, comércio internacional e finanças públicas fazem parte das especialidades da nossa profissão”, ressalta.

Zulmir também destaca que, nos momentos de bonança, a figura do contador também é crucial, já que é preciso garantir a sustentabilidade dos negócios. “É sempre necessário analisar estratégias de investimentos buscando valorizar e expandir a empresa, com

transparência e integridade, lembra.

Diversas consultorias de recrutamento apontam que, com a possível recuperação econômica este ano, cargos como de diretor financeiro e de diretor de impostos estarão entre os mais demandados pelo mercado, sendo a formação em Ciências Contábeis um diferencial para se ocupar essas funções. Entre os outros cargos que estão em alta para os profissionais da contabilidade, se destacam o controller, o analista contábil de report, o gerente de compliance e risco e o parametrizador de sistemas.

Em todos os casos, a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Lucelia Lecheta, explica que é necessário que a classe esteja atenta à mudança no perfil dos contadores exigida no mercado. Segundo ela, com a rapidez que as transformações tecnológicas vêm acontecendo, é importante estar preparado para absorver informações e se adaptar a nova era da inteligência artificial, saindo do nível operacional de trabalho rumo a um patamar mais estratégico.

“Nesse aspecto, o profissional pode estar seguro de que suas habilidades e capacidade analítica são insubstituíveis. Os softwares podem gerar dados, contudo, estes precisam ser explorados, cuidadosamente analisados e transformados em planejamento, de modo que o cliente tenha clareza das melhores escolhas que o levarão a alcançar o sucesso em seu empreendimento. Assim, a atualização de conhecimentos é imprescindível para que o profissional não fique para trás”, explica.

Educação Profissional Continuada como caminho para a capacitação

Alinhado aos padrões internacionais de Contabilidade, o CFC possui o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) que visa atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, juntamente com as habilidades multidisciplinares.

O PEPC é direcionado aos auditores independentes, responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis ou que exerçam funções na área de gerência no processo de elaboração das demonstrações contábeis daquelas empresas reguladas e/ou supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Engloba, também, empresas consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 e entidades sem fins lucrativos que se enquadrem nos limites monetários da lei citada.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PG 12), para cumprir o Programa, o profissional deve atingir, no mínimo, 40 pontos de EPC por ano. Essa pontuação pode ser obtida de várias maneiras, como por exemplo, lecionando, participando de cursos, congressos, conferências ou seminários, entre outras. Atualmente, existem mais de dois mil cursos e eventos credenciados pelo CFC que podem ser consultados nos sites dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

Vale mencionar que, além dos profissionais que são obrigados a prestar contas ao PEPC, o CFC incentiva a participação voluntária.

“A atualização e capacitação dos profissionais têm sempre por objetivo aprimorar a

qualidade dos serviços prestados, oferecendo à sociedade contadores preparados para as mais diversas atuações que a formação permite. Essas vão desde a contabilidade de micro e pequenas empresas, passando pelas de médio e grande porte, auditoria interna e independente, contabilidade do setor público, contabilidade do terceiro setor, assessoria contábil, análise financeira, consultoria, perícia contábil até o âmbito acadêmico”, exemplifica a vice-presidente Lucélia.

Programa Excelência na Contabilidade

O Conselho também possui o Programa Excelência na Contabilidade, que tem como proposta intensificar a implantação de cursos de pós-graduação stricto sensu em Contabilidade. Esse programa participa financeiramente de projetos específicos, mediante convênios firmados com instituições de ensino superior recomendados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O projeto toma uma dimensão importante ao considerarmos que, mesmo com a expansão do ensino superior e de programas de pós-graduação, o número de cursos de mestrado e doutorado na área de Ciências Contábeis ainda é muito reduzido. De acordo com a avaliação quadrienal da **Capes** de 2017, são cerca de 18 programas que abordam, de fato, as Ciências Contábeis em todo país.

“A profissão não vai acabar, mas encontra-se em constante movimento e promovendo muita mudança. Ela sempre esteve em evolução, mas, devido aos avanços tecnológicos, as coisas agora são mais rápidas. Ela não caminha para o fim, mas para o aprimoramento e o profissional da contabilidade deve estar preparado para atender essas novas capacidades”.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Irlanda, Canadá e EUA: abertos editais para capacitação em educação básica

Foram divulgados nesta sexta-feira, 8, no Diário Oficial da União (DOU), três editais para capacitação de profissionais da educação básica na Irlanda, no Canadá e nos Estados Unidos. As inscrições, gratuitas, são feitas online com preenchimento de formulário e envio de documentos pela internet.

O primeiro edital é voltado aos professores de língua inglesa. Nele é oferecido um curso intensivo de 06 (seis) semanas em universidade nos Estados Unidos. As vagas são para professores que estejam em efetivo exercício nas escolas públicas de educação básica. Entre os benefícios estão ajuda de custo e material didático do curso.

Em parceria com o Mary Immaculate College, o segundo documento propõe o desenvolvimento de profissionais da educação básica na Irlanda. O programa tem como meta, além do treinamento em língua inglesa, o desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica para profissionais de supervisão. O curso tem duração de 12 (doze) meses.

O último, e não menos importante, é promovido pelo Colleges and Institutes Canada (CICan). Dividido em duas partes – a primeira em um curso básico de inglês e a outra em um curso de formação para professores, voltado para gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno –, a capacitação possui duração de 8 (oito) meses e tem como centro os professores em efetivo exercício nas escolas públicas das redes estadual,

municipal e distrital.

Para saber mais sobre requisitos e benefícios, basta acessar as páginas dos programas e os editais.

Programa de desenvolvimento de profissional de professores da educação básica no Canadá - edital nº 03/2019

Programa desenvolvimento de profissional de professores da educação básica na Irlanda - edital nº 02/2019

Programa desenvolvimento de profissional para professores de língua inglesa – EUA (PDPI) - edital nº 04/2019

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 08.02.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES receberá simpósio sobre desastres ambientais

Nesta sexta-feira, 08, representantes da Society of Environmental Toxicology and Chemistry (SETAC) encontraram-se com o **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, para discutir a organização do simpósio Fundão Dam Science Meeting, que acontecerá nos dias 25 e 26 de junho. O evento pretende estabelecer normas para disseminar, de maneira conjunta, os resultados dos estudos – já realizados e em andamento – no planejamento de recuperação ambiental das áreas atingidas por desastres ambientais.

A discussão científica, com base no tripé ciência, governo e setor privado, terá como foco o rompimento da barragem de rejeitos que aconteceu em 2015, na cidade de Mariana (MG), e tem como público-alvo pesquisadores, consultores, funcionários de empresas e fundações, além da própria comunidade. A intenção é que as lições aprendidas a partir das pesquisas, financiadas com o apoio da **CAPES**, sejam também aplicadas na cidade de Brumadinho (MG), região atingida pelo mesmo problema, em janeiro desse ano.

Adalberto Luís Val, membro do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e integrante da comissão organizadora do encontro, explicou que a **CAPES** foi escolhida para receber o Simpósio “pela contribuição que oferece na capacitação de pessoal”. O pesquisador citou, especificamente, um convênio com as Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e de Apoio a Pesquisa (FAP).

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 08.02.2019

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país

O Ministério da Educação (MEC) deve anunciar nos próximos dias as ações para ampliar o número de escolas cívico-militares no país. Na semana passada, houve uma reunião da equipe responsável. A Agência Brasil apurou que faltam apenas os ajustes finais antes do lançamento da política.

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Atualmente, são 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em

Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF). Na conta ainda não estão incluídas as escolas do DF.

Em nota, no mês passado, o MEC informou que o modelo se justifica pelos altos índices de criminalidade brasileiros. “O Ministério da Educação buscará uma alternativa para a formação cultural das futuras gerações, pautada no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo, sem qualquer tipo de ideologia, tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais.”

De acordo com o ministério, são considerados também o desempenho positivo dessas escolas e os “elevados índices nas avaliações”.

O modelo de escola, segundo o MEC, "conterá com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional". Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Moral e cívica

Com a ampliação das escolas cívico-militares, voltou ao debate a inclusão da disciplina educação moral e cívica em sala de aula, que é defendida pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez. No Distrito Federal, nas escolas cívico-militares, haverá aula de ética e cidadania.

Sob o nome educação cívica, moral e física da infância e da juventude, a disciplina tornou-se obrigatória no governo de Getúlio Vargas, em 1940. O objetivo era a formação da consciência patriótica.

A disciplina foi adotada também em 1969. Instituída por decreto, tinha como objetivos a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade, entre outros.

[topo](#)

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Aplicativo ajudará monitoramento nas escolas cívico-militares

Os pais ou responsáveis pelos estudantes das quatro escolas nas quais será implementado o modelo de gestão cívico-militar no Distrito Federal terão acesso a um aplicativo para ajudar no acompanhamento da rotina escolar. A Secretaria de Educação do DF estuda ampliar o sistema para as demais escolas da rede pública, visando a envolver cada vez mais os pais no processo de ensino.

“Notas, atraso, elogio, dever de casa que não foi feito, tudo isso é lançado, e o próprio sistema avisa aos pais. Então, os pais têm controle diário de eventual atraso do filho. É algo que as escolas particulares têm”, disse o assessor especial da secretaria, Mauro Oliveira.

Oliveira ressaltou que muitos pais não têm acesso a telefone, então a comunicação se dará também por meio da agenda escolar. “O pai recebe bilhete que o aluno recebeu

elogio, que ele se destacou ou que não fez o dever ou chegou atrasado. Isso estabelece vínculo com o pai”, acrescentou.

O aplicativo GR8 Escolar é usado em Goiás e foi cedido pelo governo ao DF. “[Queremos] buscar o máximo das melhores práticas e que possam ser replicadas. Esse é o grande ganho tanto desse projeto quanto de outros de sucesso. Há escolas que não têm esse modelo [cívico-militar], mas são de sucesso. O que for de boas práticas deve ser replicado, com certeza”, destacou.

Estudos mostram que a maior participação de pais e responsáveis na educação das crianças e adolescentes ajuda a melhorar o rendimento deles na escola. A participação dos responsáveis tem inclusive mais peso que a infraestrutura das escolas.

Tarefa

Mariney Helena da Luz Stein, professora de artes visuais do CED 308 do Recanto das Emas, disse que obter o engajamento não é tarefa fácil. “Ano passado, como professora, convoquei os pais, carimbei caderno, chamando a atenção dos pais para a falta de comprometimento dos filhos”, disse. “Pedi para, por favor, acompanhar a vida escolar dos filhos. Até agora, não tive respaldo de nenhum pai. Nenhum carimbo foi assinado por um pai sequer.”

Lindalva de Maria da Silva Serra, autônoma, 36 anos, prova que existem exceções, pois faz questão de acompanhar as atividades da filha, Jéssica, 11 anos, aluna do CED 1 da Estrutural. “Sempre que posso venho para a escola, participo de reunião. Ajudo no dever de casa. Ela tem facilidade de fazer sozinha o dever e tem notas boas. Se o pai não acompanhar, se deixar jogada, a criança não vai desenvolver. A gente acompanhando, tem resultado muito melhor.”

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Procuradoria cobra da Medicina de Campos combate a fraudes em bolsas sociais Ministério Público Federal recomenda à faculdade ao norte do Rio 30 dias para adotar medidas contra fraudes, que incluem uso de documentos falsos por alunos para obtenção do benefício

O Ministério Público Federal recomendou à Faculdade de Medicina de Campos, ao Norte do Rio, uma série de medidas para combater fraudes na obtenção de bolsas de estudo de caráter socioeconômico. A instituição terá 30 dias para seguir as recomendações.

A Procuradoria está investigando a ‘eventual prática de crimes no uso de documentos falsos por alunos para obtenção de bolsas de estudo social’.

Segundo o MPF, ‘há indícios da prestação de informações ideologicamente falsas por estudantes à universidade’.

Os procuradores orientaram a instituição a ‘observar rigorosamente o critério legal de renda per capita máxima de até 3 salários mínimos’ – prevista na Lei nº 12.101/09. A faculdade também terá de exigir a comprovação de renda, por meio da apresentação dos três últimos contracheques, de todos os responsáveis pelo aluno.

A faculdade deverá analisar se o local de residência informado pelo estudante é

compatível com a situação financeira indicada no questionário. Em caso de suspeita de fraude, deve ser realizada visita ao local.

Para maior transparência, foi pedido que a instituição informe no Formulário de Inscrição Socioeconômico que a falsificação dos dados é considerada prática criminosa, além de assinalar quais infrações da legislação o estudante e os responsáveis estariam transgredindo em caso de fraude.

Também foi pedido que a instituição de ensino dê ampla publicidade à divulgação do Edital de Bolsas de Estudos Sociais e ao resultado, com a indicação da ordem de classificação de todos os inscritos e da relação de indeferidos, além de apresentar a lista da quantidade de alunos matriculados na faculdade, constando identificação individual dos alunos pagantes, dos bolsistas integrais e parciais e dos bolsistas filhos de funcionários.

A Procuradoria considera que 'possíveis fraudes no acesso a bolsas estudantis socioeconômicas infringem as previsões contidas no Decreto nº 8.242/2014 e na Portaria Normativa MEC nº 15, de 11 de agosto de 2017, que prevê e normatiza uma série de pontos e regras acerca da oferta e posse das bolsas, como o estabelecimento de uma renda máxima do núcleo familiar do aluno e os documentos necessários para comprovação desta situação econômico familiar'.

COM A PALAVRA, A FACULDADE DE MEDICINA DE CAMPOS

A reportagem está tentando contato com a Faculdade Medicina de Campos.

O espaço está aberto para manifestação.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Projeto de escolas com gestão da PM é lançado no CED 1 da Cidade Estrutural
Alunos e professores participaram de cerimônia na quadra de esportes do colégio.

Diretora acredita que disciplina trazida pela PM melhorará qualidade do ensino

Com a volta às aulas da rede pública de ensino, nesta segunda-feira (11/2), quatro escolas do Distrito Federal deram início a um projeto-piloto de gestão compartilhada de colégios pelas Secretarias de Educação e da Segurança Pública. Com a iniciativa, policiais militares cuidarão da organização disciplinar dos centros de ensino. A cerimônia de inauguração aconteceu em uma das unidades escolhidas para dar início à iniciativa: o Centro Educacional (CED) 1, da Cidade Estrutural.

Alunos do 4º ao 7º ano do ensino fundamental participaram do evento. Logo às 9h, policiais os conduziram à quadra de esportes da escola para a execução do Hino Nacional, tocado pela banda da Polícia Militar do Distrito Federal. Na sequência, representantes da corporação e do Governo do Distrito Federal discursaram ao público.

O secretário de Educação, Rafael Parente, disse que o principal objetivo da medida é oferecer educação de excelência para todos. "Essa parceria é fundamental para que tenhamos uma educação de alto nível. Em muitas escolas da nossa cidade falta ordem e disciplina aos alunos, e é a partir deste projeto que queremos mudar essa realidade. Tenho certeza de que será uma experiência exitosa", afirmou.

Continua depois da publicidade

Na opinião do secretário da Segurança Pública, Anderson Torres, a "militarização" das escolas públicas deve impactar não somente o ambiente das escolas. "Certamente terá efeitos na vida dos pais e das pessoas que convivem no mesmo ambiente que essas crianças. Em pouco tempo, poderemos perceber reflexos até na própria segurança pública. Cuidaremos deste projeto com muito carinho, pois a intenção é ampliar para mais instituições da rede educacional", garantiu.

"Escola ideal"

Diretora do Centro Educacional, Estela Acioli deu boas-vindas aos militares. "Com a disciplina da Polícia Militar, teremos condições de dar a escola ideal para as nossas crianças. Hoje, estamos transformando um sonho em realidade", disse.

A apresentação do novo modelo deixou os alunos esperançosos. Gabriel Magalhães, 11, que estuda há três anos na escola, foi escolhido para mostrar aos outros estudantes o uniforme que passará a ser utilizado durante o ano letivo. "Todos vão receber quatro camisas brancas até o uniforme do colégio militar chegar. Ter ido lá na frente de todo mundo mostrar as camisas foi um momento muito legal, me senti importante", disse.

Apesar da pouca idade, Gabriel tem planos ambiciosos para o futuro. "Eu quero me dedicar e ir bem na escola militar, me formar como um bom aluno. Depois, quero ser empresário. Vou criar uma empresa de tecnologia", detalhou.

O projeto

Os cerca de 6,9 mil alunos das quatro escolas da rede pública que serão submetidas ao modelo inédito na capital federal contarão com a presença de 20 a 25 policiais militares da reserva ou com restrições médicas que cuidarão das decisões disciplinares e administrativas e ministrarão, no contraturno escolar, disciplinas ligadas à "cultura cívico-militar", como ética e cidadania, banda de música, musicalização, esportes e ordem unida. Enquanto isso, professores, orientadores e coordenadores permanecerão responsáveis pelo conteúdo pedagógico das classes.

O Executivo local determinou a mudança na administração do Centro Educacional (CED) 3, em Sobradinho; no CED 1, na Estrutural; no CED 7, em Ceilândia; e no CED 308, no Recanto das Emas. À nomenclatura usual acrescentou-se o termo "Colégio da Polícia Militar". Para realizar a escolha dos colégios que receberiam o projeto, o governo levou em consideração o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Mapa da Violência. A ideia é garantir a segurança nos centros e melhorar a educação, a fim de ampliar o acesso dos estudantes às instituições de ensino superior e ao mercado de trabalho.

*Estagiária sob supervisão de Humberto Rezende

[topo](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS

MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país

O Ministério da Educação (MEC) deve anunciar nos próximos dias as ações para ampliar o número de escolas cívico-militares no país. Na semana passada, houve uma reunião da equipe responsável. Faltam apenas os ajustes finais antes do lançamento da política.

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC,

que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Atualmente, são 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF). Na conta ainda não estão incluídas as escolas do DF.

Em nota, no mês passado, o MEC informou que o modelo se justifica pelos altos índices de criminalidade brasileiros. "O Ministério da Educação buscará uma alternativa para a formação cultural das futuras gerações, pautada no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo, sem qualquer tipo de ideologia, tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais".

De acordo com o ministério, são considerados também o desempenho positivo dessas escolas e os elevados índices nas avaliações.

O modelo de escola, segundo o MEC, "conterá com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional?. Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Com a ampliação das escolas cívico-militares, voltou ao debate a inclusão da disciplina educação moral e cívica em sala de aula, que é defendida pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez. No Distrito Federal, nas escolas cívico-militares, haverá aula de ética e cidadania.

Sob o nome educação cívica, moral e física da infância e da juventude, a disciplina tornou-se obrigatória no governo de Getúlio Vargas, em 1940. O objetivo era a formação da consciência patriótica.

A disciplina foi adotada também em 1969. Instituída por decreto, tinha como objetivos a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade, entre outros.

[topo](#)

O DIA - RJ - TEMPO REAL

MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país Voltou ao debate a inclusão da disciplina educação moral e cívica em sala de aula, que é defendida pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez

Brasília - O Ministério da Educação (MEC) deve anunciar nos próximos dias as ações para ampliar o número de escolas cívico-militares no país. Na semana passada, houve uma reunião da equipe responsável. A Agência Brasil apurou que faltam apenas os ajustes finais antes do lançamento da política.

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Atualmente, são 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia

Militar do Distrito Federal (DF). Na conta ainda não estão incluídas as escolas do DF.

Em nota, no mês passado, o MEC informou que o modelo se justifica pelos altos índices de criminalidade brasileiros. “O Ministério da Educação buscará uma alternativa para a formação cultural das futuras gerações, pautada no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo, sem qualquer tipo de ideologia, tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais.”

De acordo com o ministério, são considerados também o desempenho positivo dessas escolas e os “elevados índices nas avaliações”.

O modelo de escola, segundo o MEC, “contará com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional”. Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Moral e cívica

Com a ampliação das escolas cívico-militares, voltou ao debate a inclusão da disciplina educação moral e cívica em sala de aula, que é defendida pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez. No Distrito Federal, nas escolas cívico-militares, haverá aula de ética e cidadania.

Sob o nome educação cívica, moral e física da infância e da juventude, a disciplina tornou-se obrigatória no governo de Getúlio Vargas, em 1940. O objetivo era a formação da consciência patriótica.

A disciplina foi adotada também em 1969. Instituída por decreto, tinha como objetivos a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade, entre outros.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país

Em nota, no mês passado, o MEC informou que o modelo se justifica pelos altos índices de criminalidade no Brasil

O Ministério da Educação (MEC) deve anunciar nos próximos dias as ações para ampliar o número de escolas cívico-militares no país. Na semana passada, houve uma reunião da equipe responsável. A Agência Brasil apurou que faltam apenas os ajustes finais antes do lançamento da política.

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Atualmente, são 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF). Na conta ainda não estão incluídas as escolas do DF.

Em nota, no mês passado, o MEC informou que o modelo se justifica pelos altos índices de criminalidade brasileiros. “O Ministério da Educação buscará uma alternativa para a formação cultural das futuras gerações, pautada no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo, sem qualquer tipo de ideologia, tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais.”

De acordo com o ministério, são considerados também o desempenho positivo dessas escolas e os “elevados índices nas avaliações”.

O modelo de escola, segundo o MEC, “contará com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional”. Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.
Moral e cívica

Com a ampliação das escolas cívico-militares, voltou ao debate a inclusão da disciplina educação moral e cívica em sala de aula, que é defendida pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez. No Distrito Federal, nas escolas cívico-militares, haverá aula de ética e cidadania.

Sob o nome educação cívica, moral e física da infância e da juventude, a disciplina tornou-se obrigatória no governo de Getúlio Vargas, em 1940. O objetivo era a formação da consciência patriótica.

A disciplina foi adotada também em 1969. Instituída por decreto, tinha como objetivos a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade, entre outros.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país

O Ministério da Educação (MEC) deve anunciar nos próximos dias as ações para ampliar o número de escolas cívico-militares no país. Na semana passada, houve uma reunião da equipe responsável. A Agência Brasil apurou que faltam apenas os ajustes finais antes do lançamento da política.

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Atualmente, são 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF). Na conta ainda não estão incluídas as escolas do DF.

Em nota, no mês passado, o MEC informou que o modelo se justifica pelos altos índices de criminalidade brasileiros. “O Ministério da Educação buscará uma alternativa para a formação cultural das futuras gerações, pautada no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo, sem qualquer tipo de ideologia, tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais.”

De acordo com o ministério, são considerados também o desempenho positivo dessas escolas e os “elevados índices nas avaliações”.

O modelo de escola, segundo o MEC, “contará com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional”. Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Moral e cívica

Com a ampliação das escolas cívico-militares, voltou ao debate a inclusão da disciplina educação moral e cívica em sala de aula, que é defendida pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez. No Distrito Federal, nas escolas cívico-militares, haverá aula de ética e cidadania.

Sob o nome educação cívica, moral e física da infância e da juventude, a disciplina tornou-se obrigatória no governo de Getúlio Vargas, em 1940. O objetivo era a formação da consciência patriótica.

A disciplina foi adotada também em 1969. Instituída por decreto, tinha como objetivos a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade, entre outros.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Investimento em empresas do Start-Up Brasil cresce 140%

Na segunda rodada do programa do governo federal, aportes externos chegam a R\$ 24,5 milhões. Investimento público adicional é de 9,1 milhões

Mais do que dobrou o interesse de investidores pelas empresas nascentes que participam do Start-Up Brasil, programa de fomento a empresas de base tecnológica mantido pelo governo federal em parceria com aceleradoras privadas de negócios. De acordo com balanço divulgado nesta quarta-feira, o aporte de investidores (privados, em maioria) ao grupo de 49 startups que participaram da segunda turma do programa chegou a 24,5 milhões de reais – na primeira edição, 45 companhias receberam 12,1 milhões de reais durante os doze meses de programa, em valor corrigido pela inflação. A média recebida por startup saltou, portanto, de 267.000 para 500.000 reais. No entanto, nem todas as companhias receberam investimento: a taxa é de 45%. O aporte não é a única medida de sucesso, mas ajuda a iluminar a situação, já que as empresas que engatinham em geral buscam capital para desenvolver rapidamente seus negócios.

Nos doze meses do programa da Turma 2, encerrados em junho, foram registrados outros indicadores de avanço. Por exemplo: a receita somada das empresas saltou. Durante todo o ano de 2014, elas faturaram 9,8 milhões, cifra superada nos sete primeiros meses de 2015, período que totalizou cerca de 11 milhões de reais. Setenta e quatro por cento das companhias já têm receita própria – ante 65% das startups ao final do encerramento da primeira turma, em outubro do ano passado. As 49 companhias iniciaram a segunda turma com média de 3,6 empregados e encerram o programa com 8,7 colaboradores.

Aprendemos muito com as duas primeiras turmas”, diz Vitor Andrade, gestor Softex para o Start-Up Brasil. “Hoje, entendemos mais o que as startups precisam e em cada fase de desenvolvimento.”

O governo federal manteve praticamente a mesma força no programa, um investimento de 9,1 milhões de reais, média de 185.000 reais pago a cada startup por meio de uma bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O empenho das aceleradoras também foi semelhante nas duas turmas, em torno de 1,8 milhão de reais cada.

Durante cerca de um ano, as 49 empresas receberam os recursos do governo federal e das aceleradoras para desenvolver seus negócios. Ao Start-Up Brasil coube a responsabilidade de injetar recursos, oferecer redes de contato e estabelecer metas de evolução. As aceleradoras cabia abrigar fisicamente os empreendedores, oferecer orientação de especialistas e lapidar os negócios. Pelo programa, já passaram negócios nascentes nas áreas de educação, varejo, comunicação, logística, eventos, saúde e entretenimento.

O Start-Up Brasil continua. Além das duas primeiras turmas já “formadas”, outras duas estão no meio do programa. No total, a iniciativa deve consumir cerca de 35 milhões de reais e colaborar no desenvolvimento de 185 empresas.

A divisão de responsabilidades entre Start-Up Brasil e aceleradoras é obrigatória, prevista na regulação do programa federal. Para participar, as empresas aspirantes precisam ser aprovadas por processos de seleção dos dois lados. A dupla aprovação procura aumentar as chances de os empreendimentos atenderem a interesses estratégicos, definidos pelo governo, e de mercado. Para a seleção, são analisados critérios como modelo de negócio, solução proposta e equipe das startups. Já se inscreveram no programa 2.855 empresas do Brasil e do exterior.

A evolução do programa Startup Brasil (2014-2015)

– Turma 1 Turma 2

Empresas inscritas 908 709

Empresas apoiadas pelo programa 45 49

Recursos federais investidos R\$ 8,9 milhões* R\$ 9,1 milhões

Recursos de investidores R\$ 10,3 milhões* R\$ 24,5 milhões

Aumento do número de funcionários das empresas participantes 63% 141%

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Sedu abre seleção para professores cursarem mestrado e doutorado

Antes de efetuar a inscrição, o professor efetivo deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos

A Secretaria de Estado da Educação (Sedu) abriu nesta segunda-feira (11) o processo seletivo de vagas remanescentes para o programa Pró-Regência. Serão contemplados com o programa até 27 professores efetivos da rede pública estadual em 2019 que tiverem interesse em ingressar em cursos de mestrado e doutorado profissionais. O processo segue até o dia 22 deste mês.

Todos os pré-requisitos para participar do programa Pró-Regência estão disponíveis no

edital publicado, na última sexta-feira (8), no Diário Oficial do Estado e no site da Sedu www.educacao.es.gov.br. Antes de efetuar a inscrição, o professor efetivo deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

“O programa Pró-Regência é uma ação que visa contribuir com a qualificação da ação docente oportunizando a pesquisa científica aplicada em sala de aula, podendo gerar meios de intervenção efetivos e eficazes que, a médio e longo prazo, se traduzirá em melhoria da educação capixaba”, explicou Ana Janete Viana Souza, gerente de Qualificação Profissional.

Inscrições

Os interessados deverão realizar a inscrição a partir de segunda-feira (11) até o dia 22 de fevereiro, diretamente na unidade central da Sedu ou por meio de postagem nas agências dos Correios.

Na unidade central Sedu, a inscrição deverá ser realizada com a entrega da documentação descrita no edital, em envelope lacrado, com a identificação externa de “Inscrição de Professor para o Programa Pró-Regência”.

A entrega deve ser feita no Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (CEFOPE), sala 219, 2º andar, da Sedu, localizada à Av. César Hilal, 1.111, em Santa Lúcia, Vitória, de segunda a sexta, de 8 às 17 horas.

Via postagem nos Correios, a inscrição deve ser feita com o envio da documentação descrita no edital, em envelope lacrado, via Sedex, ao Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (CEFOPE), com postagem registrada no período determinado de inscrição.

A seleção dos professores efetivos para participação no Programa Pró-Regência será realizada pelo Comitê Institucional do Pró-Regência, formado por servidores localizados na Unidade Central da Sedu, nomeados por meio de portaria própria. O resultado preliminar do processo de seleção será publicado no Diário Oficial do Espírito Santo, em março.

Pró-Regência

O objetivo do programa é incentivar a participação de professores efetivos da rede pública estadual, em regência de classe, a ingressarem em cursos de mestrado e doutorado profissionais, associando a relação entre ensino, pesquisa e resultados de aprendizagem.

Os professores efetivos selecionados para o Pró-Regência poderão ter seu horário reajustado e/ou sua carga horária de trabalho reduzida, a título de reserva de carga horária para cumprimento de créditos e elaboração da pesquisa de interesse da Sedu no âmbito dos desafios atuais da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Espírito Santo, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens mensais.

Além disso, eles deverão comprovar a frequência e o aproveitamento ao curso de mestrado profissional ou doutorado profissional por meio de declaração emitida pela Instituição de Ensino Superior ou documento equivalente a cada seis meses, contados da

data de início do curso previsto no Cronograma apresentado, conforme determina no edital e do recebimento dos benefícios do Pró-Regência.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Resultados do Enceja Exterior estão disponíveis para consulta

Os resultados individuais do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja Exterior) 2018, referentes ao ensino médio, já estão disponíveis para consulta no Sistema Enceja Exterior. Só terão acesso às notas aqueles que fizeram a prova aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Os resultados do ensino fundamental estão previstos para o final de fevereiro.

Em 2018, o Enceja Exterior foi aplicado na Bélgica (Bruxelas); Espanha (Barcelona e Madri); Estados Unidos (Boston, Nova Iorque e Miami); França (Paris); Guiana Francesa (Caiena); Holanda (Roterdã); Itália (Roma); Japão (Nagóia, Hamamatsu e Tóquio); Portugal (Lisboa); Reino Unido (Londres); Suíça (Genebra); e Suriname (Paramaribo). Já o Enceja Exterior PPL foi aplicado em unidades prisionais do Japão.

Certificado – Quem obteve a nota mínima exigida em todas as quatro áreas de conhecimento e na redação terá o certificado do ensino médio emitido por instituição brasileira. Aqueles que obtiveram a nota mínima apenas em algumas áreas de conhecimento terão direito à declaração parcial de proficiência. Com a declaração, o participante fica liberado de repetir as provas da mesma área de conhecimento em futuras edições do Enceja. Os documentos serão entregues nos consulados, posteriormente.

Enceja – Desde 2002, o Inep é responsável pela aplicação do Enceja no Brasil e no exterior. O exame visa aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada. O Enceja Exterior é aplicado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. A aplicação para pessoas privadas de liberdade também é oferecida em outros países, principalmente no Japão.

[Acesse o Sistema Enceja Exterior](#)

Assessoria de Comunicação Social - MEC (08.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Inscrições para Olimpíada de Matemática já estão abertas

Estão abertas, desde terça-feira (5), as inscrições da 15ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), que neste ano tem como tema os povos indígenas. A maior competição científica do país é destinada a estudantes dos ensinos fundamental (6º ao 9º ano) e médio, e realizada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa).

As inscrições devem ser feitas pelas escolas, por meio do preenchimento da ficha de inscrição disponível exclusivamente na página da Obmep. O prazo se encerra em 15 de março. A divulgação dos vencedores está marcada para 3 de dezembro.

As provas serão aplicadas em 21 de maio (primeira fase) e 28 de setembro (segunda fase) e distribuídas de acordo com o grau de escolaridade do aluno: nível 1 (sexto e sétimo anos), nível 2 (oitavo e nono anos) e nível 3 (qualquer ano do ensino médio). Escolas municipais, estaduais, federais e privadas podem participar da olimpíada, que, no ano passado, reuniu 18,2 milhões de estudantes de 99,4% dos municípios brasileiros.

A Obmep premia separadamente alunos de escolas públicas e privadas. Aos primeiros serão concedidas 6.500 medalhas (500 ouros, 1.500 pratas e 4.500 bronzes) e até 46.200 certificados de Menção Honrosa. Estudantes de instituições particulares receberão 975 medalhas (75 ouros, 225 pratas e 675 bronzes) e até 5.700 certificados de Menção Honrosa. Os premiados com medalha de ouro, prata ou bronze garantem o ingresso em programas de iniciação científica.

Estímulo - Criada pelo Impa em 2005 e realizada com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), a competição é promovida com recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e do Ministério da Educação. Ela contribui para estimular o estudo da matemática no Brasil, identificar jovens talentosos e promover a inclusão social pela difusão do conhecimento.

Apoio – A Obmep 2019 tem o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Além do selo da organização, todo o material de divulgação da olimpíada tem a logo do Ano Internacional das Línguas Indígenas, iniciativa da Unesco. Os cartazes da Obmep 2019 são ilustrados pela matemática nos desenhos simétricos dos povos indígenas.

Acesse a página da Obmep

Assessoria de Comunicação Social - MEC (08.02.2019)

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Escolas terão que oferecer curso de primeiros socorros

Projeto foi apresentado após um menino de 10 anos morrer engasgado com um lanche durante um passeio escolar

Aprovada por unanimidade pelo Senado, a Lei 13.722/2018, mais conhecida como Lei Lucas, torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. O curso deverá ser ofertado anualmente para a capacitação e/ou a reciclagem de parte dos professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino e recreação.

O nome da nova legislação, Lei Lucas, presta homenagem ao menino Lucas Begalli Zamora de 10 anos que morreu engasgado, com um lanche durante um passeio escolar, sem que ninguém pudesse socorrê-lo.

De acordo com Luiz Guilherme Calderon, CEO do Instituto Terzius, um centro de treinamento que oferece cursos para profissionais da área da saúde e capacitações em primeiros socorros para leigos, quanto maior o número de pessoas treinadas e prontas para o primeiro atendimento em primeiros socorros, melhor é o prognóstico das vítimas.

Segundo ele, no caso de obstrução das vias aéreas, o reconhecimento precoce por um corpo estranho é essencial. Em casos de obstrução parcial ainda pode existir uma boa troca de ar, ou seja, nesse cenário os socorristas devem incentivar a vítima a tossir e é muito importante estar ao lado monitorando a situação, já que se a obstrução parcial evoluir para uma obstrução total o serviço médico de emergência deve ser acionado imediatamente.

Nos casos em que a obstrução é total a vítima fica impossibilitada de falar, chorar, a troca de ar fica insuficiente ou inexistente, a tosse é ineficaz, além da possibilidade de ocorrer a cianose ("lábios roxos"). Nesse tipo de situação, se a vítima for um adulto ou uma criança a partir de um ano, é fundamental acionar, imediatamente, o serviço médico de emergência e iniciar manobras de desobstrução com aplicação de força na região abdominal no sentido para dentro e para cima até que a vítima volte a falar. Caso ela perca a consciência, deve-se iniciar as ressuscitações cardiopulmonares.

As ações em bebês - menores de 1 ano - são diferentes de adultos e crianças. Em caso de obstrução parcial da via aérea, remova a roupa do bebê, sente-se em uma cadeira ou ajoelhe-se no chão e segure-o de barriga para baixo, apoiando-o em seu antebraço, com a cabeça um pouco mais baixa que o resto do corpo. Você pode apoiar o seu cotovelo em sua perna para dar mais segurança. Dê cinco "tapas" nas costas no sentido do bumbum em direção a cabeça e depois vire o bebê de barriga para cima e realize, com dois dedos, cinco compressões no meio do tórax. Essa manobra deve ser executada até que o objeto seja removido ou até que a vítima comece a chorar ou pare de responder. Caso ela pare de responder, coloque-a em uma superfície rígida e plana, pode ser no chão, e inicie compressões cardíacas, completa Luiz Guilherme Calderon.

Os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil terão até o início de abril deste ano para se adequarem às normas da Lei 13.722/2018. O não cumprimento pode acarretar em notificação, multa, e até cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação, quando se tratar de creche ou estabelecimento particular de ensino ou de recreação, ou a responsabilização patrimonial do agente público, quando se tratar de creche ou estabelecimento público.

O Instituto Terzius oferece o curso Heartsaver (Salva-corações) para qualquer pessoa que precisa aprender a atender e lidar com uma emergência de primeiros socorros. No formato do curso, os alunos participam de simulações de situações clínicas e de estações de aprendizagem que incluem temas como Ressuscitação Cardiopulmonar, o uso do desfibrilador externo automático (DEA), Desengasgo e Sangramento (Bleeding Control) em adultos, crianças e bebês.

Website: <http://www.terzius.com.br>

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país

O Ministério da Educação (MEC) deve anunciar nos próximos dias as ações para ampliar o número de escolas cívico-militares no país. Na semana passada, houve uma reunião da equipe responsável. A Agência Brasil apurou que faltam apenas os ajustes finais antes do lançamento da política.

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC,

que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Atualmente, são 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF). Na conta ainda não estão incluídas as escolas do DF.

Em nota, no mês passado, o MEC informou que o modelo se justifica pelos altos índices de criminalidade brasileiros. "O Ministério da Educação buscará uma alternativa para a formação cultural das futuras gerações, pautada no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo, sem qualquer tipo de ideologia, tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais."

De acordo com o ministério, são considerados também o desempenho positivo dessas escolas e os "elevados índices nas avaliações".

O modelo de escola, segundo o MEC, "conterá com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional". Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Moral e cívica

Com a ampliação das escolas cívico-militares, voltou ao debate a inclusão da disciplina educação moral e cívica em sala de aula, que é defendida pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez. No Distrito Federal, nas escolas cívico-militares, haverá aula de ética e cidadania.

Sob o nome educação cívica, moral e física da infância e da juventude, a disciplina tornou-se obrigatória no governo de Getúlio Vargas, em 1940. O objetivo era a formação da consciência patriótica.

A disciplina foi adotada também em 1969. Instituída por decreto, tinha como objetivos a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade, entre outros.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

No DF, ano letivo começa com escolas cívico-militares

O ano letivo na rede pública do Distrito Federal (DF) começa hoje (11) com a implementação do modelo cívico-militar em quatro escolas de regiões ao redor do Plano Piloto, área central de Brasília. São elas o Centro Educacional (CED) 308 do Recanto das Emas, CED 7 de Ceilândia, CED 1 da Estrutural e CED 3 de Sobradinho. Os colégios foram escolhidos a partir da análise socioeconômica da região, índices de violência e aproveitamento escolar. O modelo seguido é o adotado em Goiás, que reúne 50 colégios que seguem o sistema.

No país há 120 escolas com gestão compartilhada entre professores e militares. O modelo é defendido pelo governo federal, que pretende incentivar a expansão dessas

escolas. A Agência Brasil acompanhou as reuniões que foram feitas nas férias nessas escolas, com mães, pais, responsáveis, professores e estudantes.

O governo do DF (GDF) reconheceu a aprovação das unidades e começa nesta segunda-feira a implementar o modelo. A primeira semana será de adaptação. Os estudantes só usarão as fardas, típicas de escolas militares, no terceiro mês de aula.

A Secretaria de Educação do DF informou que se as práticas funcionarem, apresentando bons resultados, poderão ser estendidas para o restante da rede pública, que atualmente tem 693 escolas. Uma das primeiras práticas replicadas deverá ser um aplicativo para comunicação direta com os pais.

Porém, o modelo de educação cívico-militar divide opiniões. Os favoráveis defendem que o sistema gera índices elevados de aproveitamento escolar e o ensino de disciplina e regras. Os contrários afirmam que não cabe à polícia atuar dentro da escola e que o ideal é intensificar a segurança externa dos colégios.

Decisão

O modelo de gestão compartilhada, na qual os militares cuidam da parte administrativa e os professores da parte pedagógica da escola, foi anunciado em 11 de janeiro pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha.

Nas férias escolares, houve reuniões nas quatro unidades de ensino escolhidas como piloto. Segundo o governo do DF, para a escolha dos colégios foram considerados a violência na região, o baixo nível socioeconômico e o desempenho em avaliações do Ministério da Educação (MEC).

Outro critério foi a estrutura física da escola, que deveria estar apta a receber as atividades esportivas e musicais no contraturno.

No DF, a meta é implantar mais 36 unidades até o fim do ano. O GDF espera, até o fim do atual mandato, em 2022, chegar a 200 escolas.